



ELLO



PORTE
PAGO

ANO VII
N.º 93
MENSAL
JULHO
1981
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

NAS ELEIÇÕES MAIS PARTICIPADAS DE SEMPRE

NOVOS ÓRGÃOS PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

ELEITA A LISTA «A» PARA OS ÓRGÃOS CENTRAIS: GARANTIDA A INDEPENDÊNCIA DA ADFA DE TUTELAS ESTRANHAS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

PRESIDENTE: Abel dos Santos Fortuna	sócio n.º 580
1.º SECRETARIO: José Luís Rodrigues de Noronha	sócio n.º 1625
2.º SECRETARIO: Fernando António Gouveia de Amorim	sócio n.º 1518

DIRECÇÃO CENTRAL

PRESIDENTE: António Joaquim Lavouras Lopes	sócio n.º 2
VICE-PRESIDENTE: Fernando Pinheiro Marques Brito	sócio n.º 87
1.º SECRETARIO: Manuel Lopes Dias	sócio n.º 379
2.º SECRETARIO: José Eduardo dos Santos Gaspar Arruda	sócio n.º 593
TESOUREIRO: Armindo Marques Matias	sócio n.º 53

CONSELHO FISCAL CENTRAL

PRESIDENTE: Joaquim Mano Póvoas	sócio n.º 252
SECRETARIO: Cândido Manuel Patuleia Mendes	sócio n.º 519
RELATOR: António Augusto Almeida Santos	sócio n.º 5157
1.º VOGAL: Isac Abreu Rodrigues	sócio n.º 816
2.º VOGAL: Arlindo Santos	sócio n.º 318

Nas eleições para os órgãos Sociais da ADFA realizadas no dia 18 de Julho, os sócios, em grande número (mais de 1800), deram uma prova da consciência e maturidade associativa já atingidas na Associação. Pelo número de votantes, os sócios provaram que constituem uma Associação cada vez mais forte e mais viva. Pelo sentido do voto, os sócios provaram que a Associação tem capacidade suficiente para se gerir pelos seus próprios meios, sem ingerências estranhas.

Para os Órgãos Sociais Centrais foi eleita a lista A que havia sido proposta pelos órgãos cessantes e que se propunha continuar o trabalho destes. A nível de Zonas e Delegações, os resultados das eleições não trouxeram alterações quanto à orientação que as mesmas vinham tendo. Na Zona Norte foi eleita a lista B cujos princípios se identificava com a orientação que vinha sendo imprimida à Associação a nível central e, por conseguinte, com a

(Continua na 5.ª pág.)

EDITORIAL

As eleições que acabam de ter lugar na ADFA revestem-se de significado especial para os deficientes. E dizemos para os deficientes, porque elas são uma mensagem dos próprios deficientes das Forças Armadas a todos os deficientes portugueses — mensagem que poderá dizer apenas isto: é possível aos deficientes organizar-se em grandes Associações de uma forma participada e de acordo com as normas democráticas.

A participação de mais de 1800 deficientes das Forças Armadas na eleição dos Órgãos Sociais da Associação é um acto dos próprios deficientes que encerra potencialidades e esperanças para um futuro melhor! E isto porque entendemos que os caminhos da integração social só podem ser abertos pelos próprios deficientes organizados. Foram mais de 20 % dos sócios que votaram.

Imagine-se o significado de 20 % de todos os deficientes portugueses a participarem na eleição de órgãos dirigentes. Seriam exactamente 50 000 deficientes. Seria a garantia de que as reivindicações dos deficientes seriam satisfeitas, de que a integração social seria uma realidade, de que a marginalização terminaria.

Este acto eleitoral terá que ser entendido como mais um passo na luta que a ADFA vem travando junto do Ministério da Defesa sobre a legislação. A prova de disponibilidade e mobilização dada pelos sócios da ADFA significa que os deficientes das Forças Armadas estão prontos para defender os seus direitos e exigir o que por justiça lhes é devido.

Foram estas eleições mais um exercício associativo. Com elas a ADFA saiu mais enriquecida, mais forte, mais livre e mais democrática.

Com estas eleições, além de se reafirmar a orientação da ADFA no último ano, ficou claro que os deficientes das Forças Armadas, cada vez em maior número, têm uma consciência exercitada e que não poderão ser ignorados.

Este acto insere-se num associativismo autónomo livremente praticado, em que cada associado seja um participante activo, com a consciência de que a Associação será aquilo que cada qual pretende e, por conseguinte, defensora dos interesses de cada um de acordo com os seus anseios e os seus ideais. Este é o primeiro e fundamental passo para rejeitar o protecçãoismo, afirmando-se os deficientes capazes de apresentar as soluções adequadas para os seus problemas. Esta é a forma mais adequada para a integração social, em que se conta com os deficientes conscientes da sua situação e, por conseguinte, capazes de se afirmar perante a sociedade sem preconceitos nem inibições.

Esta é a filosofia da ADFA e tem sido a sua prática. Quaisquer tipos de protecçãoismo, no que nos diz respeito, rejeitamo-los, no que diz respeito aos outros deficientes, não podemos deixar de lamentá-los.



Durante a votação em Lisboa — (Foto FARINHO LOPES)

ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS DEFICIENTES DEPENDENTE DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

LER NA PAGINA 5

O HOMEM E AS PLANTAS

Por: LUCÍDIO PEREIRA DIAS — Sócio n.º 11

Necessitados que estamos de uma benéfica e pura oxigenação a todos os níveis, julgo ser esta a data adequada para dar início a uma nova rubrica, no nosso jornal, com a qual o leitor passará a contar mensalmente.

A rubrica a que acima me refiro é para quem se sente, e não só, motivado pelo trabalho das plantas, seu tratamento, sua cultura, e pelo que elas nós podem dar.

Assim, se o meu amigo leitor gostar tanto de plantas como eu, dirá que os magros escudos que gasta anualmente em plantas de interior, ou não, pouco interessam. Contudo, pessoas há que julgam que as plantas ornamentais têm uma função meramente decorativa. Neste por menor não estou de acordo, pois como todos sabemos elas são seres vivos, tão sensíveis quanto nós, quer aos carinhos quer aos cuidados de que todos nós sempre estivemos e estamos carecidos.

Todavia, estas plantas, dia após dia, vão-nos dando uma profunda alegria e ao mesmo tempo recompensam-nos permitindo-nos vê-las florir, vê-las absorver o dióxido de carbono que tanto mal nos faz, dando-nos em troca o oxigénio que tão querido nos é, não obstante ser um bem em rápido desaparecimento.

Penso que não é desconhecido de ninguém que o equilibrado aproveitamento natural e ecológico é importante. Isto, porque é do conhecimento geral que a Terra atravessa na era presente um constante e profundo desequilíbrio ecológico, o qual importa minorar por todos os meios possíveis e ao alcance do homem.

Sabemos que existem no nosso planeta variadíssimos materiais e detritos em constante transformação, e que nesse encadeamento de fenómenos, produzidos directa ou indirectamente por vários tipos de energia, está integrado o homem.

Na verdade, o ar, a água, e os seres vivos (Homem) exercem continuamente uma acção destrutiva e construtiva, sendo estes últimos os grandes pioneiros na criação de detritos poluentes, cuja acção é essencialmente destrutiva.

A verificar-se a continuação de tal criação, o resultado final será o desequilíbrio e o conseqüente desaparecimento das espécies.

PORQUE?

«O homem é um organismo vivo no meio de outros».

«Que faz ele sobre a Terra? Primeiro que tudo tenta sobreviver. Depois tenta viver agradavelmente segundo a ideia que tem do seu bem-estar (Material e Espiritual).

E depois? Há muitos e muitos depois mas que sabemos nós deles?

Sobreviver:

É respirar; é comer; é dormir; é ter um abrigo, etc., etc.

Se nós respirarmos num determinado espaço, ao fim de algum tempo o ar torna-se irrespirável.

Do que nós comemos uma parte é para deitar fora.

A sobrevivência provoca a transformação duma parte quando nos rodeia em detritos. Os detritos produzidos por uma espécie podem ser úteis a outras espécies.

Deste modo o gás carbónico que nós produzimos e deitamos fora quando respiramos serve para a vida das plantas.

O oxigénio que as plantas libertam é necessário à vida do homem e de outros animais.

A vida sobre a crosta terrestre baseia-se numa troca permanente de detritos e tende a existir um equilíbrio entre os detritos produzidos e consumidos pelas espécies várias.

Se a troca de detritos se desequilibra, uma espécie pode desaparecer deixando a natureza mais rica de pobreza.

Depois uma outra, e ainda uma outra, como resultado do desaparecimento da primeira.

É uma reacção em que o seu desenvolvimento se dá em cadeia, e acaba muitas vezes num árido e infundo deserto.»

Amigo: — não contribuas para o desequilíbrio da natureza, porque dela depende o teu bem-estar, Material e Espiritual; cultiva plantas e de uma a uma serão muitas a produzir aquilo de que tanto necessitamos: o OXIGÉNIO.

Tradução e adaptação dum capítulo do livro de Yona Friedman «Comment Habiter la Terre», Paris - Vancouver, 1976 — C. N. A.

TERMINOU MAIS UM ANO LECTIVO NA ADFA

O ano lectivo na nossa escola chegou ao fim e, agora, pretendemos fazer um balanço de como decorreram as aulas e as dificuldades que se depararam aos alunos, para que consigamos uma nova dinâmica e uma correspondência mais perto das necessidades.

A educação é um dos processos que a ADFA tem posto ao dispôr dos seus associados, porque é evidente que, através dela, estes conseguem uma maior maturidade emocional e uma mais completa preparação para ultrapassar os obstáculos com que se debatem tanto a nível psicológico como social.

Não pretendemos com isto dizer que o processo de educação oferecido pela Escola da ADFA seja o modelo mais acabado e que melhor sirva os interesses dos DFA's.

O final da guerra colonial já vai longe, mas as consequências dela ainda se farão sentir por muito tempo. A idade da grande maioria dos sócios da ADFA anda hoje pelos trinta anos, necessitando estes, portanto, para a sua

reintegração no campo laboral de um ensino mais profissionalizante, que sirva melhor o redimensionamento das suas vidas, redimensionamento esse provocado pela deficiência ou agravamento da mesma.

O ensino que nós conseguimos ministrar na nossa Escola, ativez por demasiado teórico não corresponde completamente às necessidades sentidas pelos DFA's para fazerem face à oferta do actual mercado de trabalho. Todavia, temos a certeza de, ao longo dos sete anos de funcionamento, ter rompido com a inércia e ter dado o «empurrão» inicial a muitos que julgavam já ultrapassadas as suas capacidades de aprendizagem, abrindo-lhes novas perspectivas.

O que pretendemos no futuro é adaptar a escola de modo a que ela responda às verdadeiras necessidades dos DFA's. A pouco e pouco queremos tentar melhores condições de funcionamento, abrir mais o leque de cursos e o número de aulas dadas. Uma relativamente gran-

de percentagem de associados precisa adquirir os conhecimentos básicos; assim, entrou em funcionamento, no ano lectivo transacto uma aula de Educação Básica no anexo do HMP, tendo sido deste modo ultrapassado o problema do deslocamento dos sócios à sede da ADFA. Paralelamente continuaram a funcionar as aulas de Educação Básica na sede da ADFA e na delegação de Évora. Este grau de ensino é ministrado por professores profissionalizados destacados oficialmente pelo MEC e tem tido uma frequência muito satisfatória.

Os outros graus de ensino, Ciclo Preparatório e Curso Secundário, têm tido uma frequência muito variável, muitas vezes motivada pelo agravamento das deficiências dos alunos ao longo do ano lectivo. Têm, no entanto, o apoio tanto do MEC em professores, como da ADFA em livros e material didáctico.

As aulas têm-se iniciado logo em Outubro com professores para todas as disciplinas, sendo permitido aos sócios, mesmo que não pretendam realizar os exames finais na escola, a assistência às aulas.

Para o ano lectivo próximo irão funcionar o 1.º, 2.º e 3.º anos do Curso Secundário, estando ainda abertas as matrículas.

Os horários, para que o maior número de sócios possa assistir às aulas, abrangem o período post laboral (das 19H00 às 22H30).

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

LANÇA REVISTA

O Secretariado Nacional de Reabilitação acaba de lançar uma revista informativa com o título «Reabilitação».

O número 1 desta revista, relativo a Março e Abril, contém material de informação sobre o próprio Secretariado, Ano Internacional do Deficiente em geral.

Esta revista, com uma boa apresentação, contém, no seu primeiro número, um conjunto de informações básicas, que incluem, nomeadamente, o ponto da situação dos vários grupos de trabalho a funcionar no âmbito do Secretariado.

Há a salientar, neste primeiro número, uma reportagem sobre a Associação Portuguesa de Deficientes intitulada «Uma Viagem ao Interior da A. P. D.».

A publicação regular de um órgão informativo por parte do Secretariado Nacional de Reabilitação torna-se oportuna e revelar-se-á importante para o processo como um espaço, de tratamento e infor-

mação da problemática dos deficientes num sentido esclarecedor. Interessará, ainda, que esta revista seja largamente difundida, não só entre os serviços de reabilitação como entre os deficientes e a própria população.

EM SETEMBRO NO MÓNACO

IV SIMPÓSIO MEDITERRÂNICO SOBRE TÉCNICAS ORTOPÉDICAS E EQUIPAMENTO

Vai realizar-se, de 23 a 26 de Setembro próximo, no Mónaco, o «IV Simpósio Mediterrânico sobre técnicas ortopédicas e equipamento», organizado pelo Sindicato dos Fabricantes Franceses de Grandes Aparelhos Ortopédicos, CORFINA, AETOR, FROTO e INTERBOR.

Participarão no Simpósio cerca de 2000 técnicos e espe-

cialistas a nível mundial, tais como médicos, cirurgiões, fabricantes de materiais ortopédicos, especialistas de reabilitação e, naturalmente, deficientes.

Esta iniciativa constitui uma das últimas grandes manifestações do Ano Internacional do Deficiente de carácter internacional.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL VAI REALIZAR CENSO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Conforme noticiado no último número do «ELO», o Ministério da Defesa Nacional decidiu fazer um censo relativo aos deficientes das Forças Armadas, isto é, apenas o número de militares que ficaram deficientes e como tal foram considerados legalmente.

Esta decisão, segundo o próprio Ministério da Defesa Nacional, viria ao encontro de uma das conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA. Isso é um facto, já que o Congresso

concluiu, realmente, da necessidade de se saber do número real de deficientes das Forças Armadas existentes e da sua situação.

Foi neste âmbito que o Ministério da Defesa convocou a Direcção da ADFA para uma reunião que se realizou no passado dia 7 de Julho e em que estiveram presentes o Secretário de Estado da Defesa Nacional e o Secretário Nacional de Reabilitação.

Nesta reunião ficou decidido dar-se, de imediato, início a esta tarefa, já que

o Ministério da Defesa dispõe dos meios e verbas necessárias. O levantamento começará pelos deficientes da Força Aérea (aqueles que são em menor número). Os dados obtidos serão tratados e computorizados, a fim de, em qualquer momento e com facilidade, se poder responder a questões estatísticas apresentadas.

O Secretário Nacional de Reabilitação vai prestar o seu apoio a este trabalho. A ADFA, dentro das suas possibilidades, apoiará tam-

bém esta iniciativa, já que dela só resultará interesse para os próprios deficientes.

O Ministério da Defesa Nacional, segundo comunicação verbal à Direcção da ADFA e agora através de ofício enviado à Associação, está a estudar a celebração de um protocolo com a Secretaria de Estado do Emprego e Secretariado Nacional de Reabilitação, através da qual se visa garantir o ingresso de deficientes militares (em número a fixar) nos centros

de Formação Profissional, dependentes da Secretaria de Estado do Emprego.

Procura assim o Ministério da Defesa Nacional, também em resposta às conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA, dar o seu contributo no sentido de que as actuais estruturas de reabilitação profissional sejam, com certa prioridade, colocadas à disposição dos deficientes das Forças Armadas.

Trata-se de uma medida positiva, mas que não pode ficar apenas no papel do

protocolo. Necessário se torna que os serviços competentes, nomeadamente o Secretariado Nacional de Reabilitação, saibam equacionar este problema: reabilitação profissional de pessoas que ficaram deficientes há pelo menos 7 anos e alguns há 15 e até 20 anos (início da guerra colonial).

Aguardamos, e esperamos, os bons frutos desta iniciativa, estando a ADFA, logicamente, disponível para dar o seu apoio dentro das suas possibilidades.

PÁGINA CULTURAL

Sendo a poesia uma das mais vitais formas de participação cultural o «Elo» ao longo dos seus quase seis anos de vida tem-lhe dedicado um especial carinho, tendo por esta página passado não só os mais consagrados poetas como também aqueles que pela primeira vez viram publicado um poema seu.

Na continuação da linha seguida pelo nosso «Elo», aguardámos o envio dos vossos poemas.

POESIAS DE JOSÉ GOMES FERREIRA

(Sim. Somos secundários na Criação. Criação? ... Que criação?)

Tantas estrelas! ... Para quê?
Para complicar de beleza
este mistério tão fácil,
mas que os homens não descobrem,
nem nunca descobrirão,
porque somos secundários
na criação.

Portanto as estrelas...

(Ah! para que serviriam elas
se não lhes déssemos ao menos o desdém
de serem belas
para ninguém?)

Quando eu morrer não compliquem o mistério
com pios de coruja.
Nem me levem para o Cemitério
da Morte da Nuvem Suja.

Queimem-me, queimem-me numa pira
ao som do Sol Azul
para que ninguém simule
lágrimas de mentira.

Que bom ver subir no ar,
nitidamente, a prumo.
este charco a sonhar
uma nuvem de fumo.

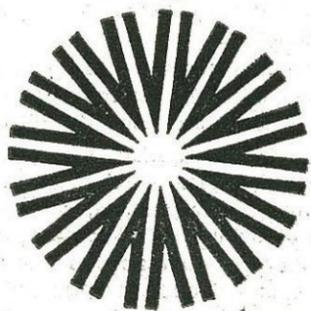
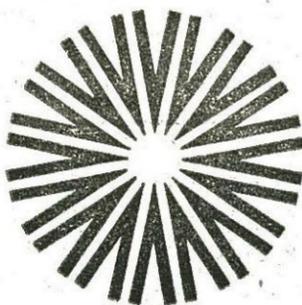
Embebedai-vos, embebedai-vos,
pobres do caminho
— suor com laivos
de vinho.

Deixai escorregar nas goelas
todas as mistelas
do álcool de esperar
— desde o vinho das estrelas
à aguardente do luar.

Bebei e vomitai, ó povo amargo,
tudo o que houver na feira,
ao sol de borco imundo.

Tudo, até o vinho-céu do Largo!...

...para aquela bendita bebedeira
de vomitar nos ricos do Outro Mundo.



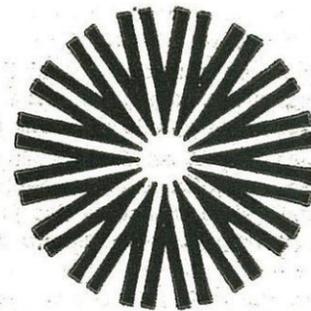
(Canção daquela borboleta verde que vi,
há momentos, aturdida num passeio de
Campolide.)

Borboleta verde,
aqui não há flores.
— Procuras nas pedras
jardins interiores?

Borboleta verde,
aqui não há zumbidos.
— Procuras nas pedras
perfumes dormidos?

Borboleta verde,
aqui só há calçadas.
— Procuras nas pedras
as flores geladas?

Borboleta verde,
chama quase morta.
— Também eu, também,
aos tombos nas pedras,
não encontro a Porta.

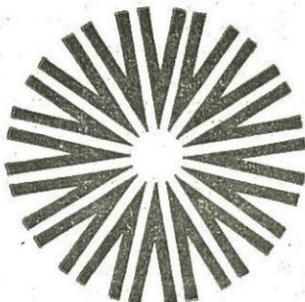


(Um dia ainda hei-de desmanchar esta co-
mediazinha do remorso.)

Ah! com que peso de frio
caí a minha sombra,
colérico de remorsos
por ter ajudado a criar o mundo,
não sei como nem quando,
no grande dia do Sol Secreto
dentro das tempestades das raízes!

Sim, o mundo...
como os amantes de mãos dadas a atirarem luas
[para o céu

— e esta Faminta num portal
a fingir que sofre
para que a sua dor verdadeira
não perturbe o Festim...
(...e eu chore por ela,
para chorar por mim.)



(Fuzilaram um homem num país distante.)

Hoje proíbo as rosas de nascerem diante de mim!
Proíbo as deusas de dançarem nos olhos das
[crianças!
Proíbo os corpos das mulheres de terem outro
[destino que a morte!

Sim, proíbo!
E (baixinho, em sonho) aos gritos no mundo
ordeno aos homens
que venham para a rua descalços
para sentirem nos pés nus
o silêncio da terra
— e o terror de viverem num planeta
onde os fuzilados não ressuscitam,
nem os malmequeres protestam com flores de luto
contra este sol que continua a fabricar primaveras
[mecânicas
e este cheiro tão bom a mulheres novas nas árvores
[com cio!

NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PARLAMENTAR EVENTUAL PARA O ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE AINDA NÃO ESTÁ A FUNCIONAR

Como foi já noticiado no jornal «Elo» n.º 88, de Fevereiro de 1981, foi criada, por aprovação unânime da proposta n.º 3/1 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, uma Comissão a constituir por representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia da República e com a finalidade de apoiar, criar e desenvolver iniciativas a realizar no âmbito do Ano Internacional do Deficiente.

Denominada Comissão Parlamentar Eventual, funciona no âmbito da Assembleia da República e tem, como também já foi noticiado, os seguintes objectivos:

1 — Estudo, apreciação e apresentação de legislação relativa a Deficientes e consequente alteração ou revogação das Leis e Decretos-Leis existentes sobre a matéria;

2 — Acompanhamento e fiscalização das acções do Governo, da Administração Pública e de outras entidades, tomadas com vista à solução dos problemas existentes e eventual aprovação das recomendações;

3 — Sensibilização da opinião pública e das entidades governamentais e outras, para a situação dos Deficientes;

4 — Concretização do Dia Parlamentar do Deficiente na Assembleia da República, inteiramente dedicado a iniciativas visando os Deficientes e a sua integração na Sociedade.

Na prossecução destes objectivos, propõe-se esta Comissão Parlamentar, tendo já

alguns Projectos-Lei em estudo, nomeadamente o regime de Transportes para Deficientes, auscultar o Parecer das diferentes Associações directamente relacionadas com a matéria, a fim de accionar os mecanismos próprios que visem assegurar aos Deficientes os direitos já alcançados a nível de outros países, nomeadamente dos da C. E. E.

No entanto, esta louvável iniciativa não teve ainda, lamentavelmente, forma concreta, já que decorridos que são 4 meses após a deliberação da aprovação desta proposta, alguns Partidos Políticos (2), ainda não nomearam os seus representantes para integrar esta Comissão.

Será que os Deficientes, 10 por cento da população portuguesa e o Ano Internacional do Deficiente, não merecerão

a atenção e preocupação efectiva, por parte desses partidos ou de quem de direito?

De salientar que se desconhece a continuação ou não dos trabalhos desta Comissão em 1982 e anos seguintes, concluindo-se desta forma que, na primeira perspectiva, a mesma unicamente funcionará por um período de 5 meses, ou ao atender-se à segunda hipótese, respeitar-se-á o desejo ardentemente expresso em grito inequívoco pelos próprios Deficientes Portugueses:

«Temos um Ano, queremos uma Vida.»

De qualquer modo, cremos ser importante e necessário deixar aqui um alerta, para o que não foi feito neste Ano Internacional do Deficiente, recordando o silêncio quase tumular dos Órgãos de Comunicação Social, pesem em-

bora os esforços desenvolvidos pela ADFA, o abstencionismo permanente em que o Poder Político, relativamente a esta matéria, se colocou, a inoperacionalidade quase vincente do Secretariado Nacional de Reabilitação, o apoio muito discreto das Autarquias Locais para iniciativas culturais e desportivas integradas nos Planos de realização do Ano Internacional do Deficiente, o esquecimento e desinteresse da maior parte das empresas públicas e privadas, pela Reintegração Sócio-Profissional dos Deficientes e a falta de medidas adequadas para o encaminhamento da solução da problemática do Deficiente, passando, como é entendido, por uma Política Nacional de Reabilitação.

Cremos que esta apatia relativamente às recomendações da Assembleia Geral das

Nações Unidas obriga efectivamente e necessariamente à «participação das Mentes e da Sociedade», por forma a possibilitar o brotar espontâneo e a aceitação por partes do Poder Político e da Sociedade e da dignidade do Deficiente cidadão de Pleno Direito.

É inserida nesta Filofia que a nossa maturidade e perniência e querer, nos levam a exigir que se desenrolam todos os esforços possíveis no sentido de ser alcançada a constituição e operacionalidade da Comissão Parlamentar Eventual Para o Ano Internacional do Deficiente, fim de que os objectivos que a norteiam venham na realidade ao encontro da procura de soluções para o alcance dos direitos que todos os Deficientes esperam e anseiam hoje e no futuro.

O SIGNIFICADO DAS ELEIÇÕES DA ADFA

Mais uma vez, na já longa história da A.D.F.A., se realizaram, em 18 de Julho de 1981, Eleições para os Órgãos Sociais Centrais, Regionais e Locais, que orientarão os destinos da organização durante o biênio de 81/83.

Mais uma vez a massa associativa defendeu os caminhos que escolheu há cerca de um ano, para a defesa intransigente dos seus direitos.

Os sócios acordaram da letargia e amorfismo em que se encontravam, demonstrando saber quais os seus direitos, numa das maiores e entusiásticas participações de sempre ao Acto Eleitoral.

Sentiram que mais uma vez se encontrava em jogo a A.D.F.A., a Associação que é sua, por si criada e desenvolvida.

Reuniram-se em torno de uma filosofia associativista e reafirmaram-se coesos com os princípios e ideais que nortearam a criação da A.D.F.A.

Repudiaram mais uma vez a demagogia, os erros evitados de incompetência e incapacidade, a desorganização, a entrega das rédeas da A.D.F.A. a sócios sem escrúpulos, meros veículos transmissores de directrizes político-partidárias.

Em suma, afirmaram-se pela sua maturidade, pela firmeza das suas posições, pela independência da A.D.F.A.

Senão vejamos numa curta e rápida retrospectiva, as suas tomadas de posições num histórico sucinto:

Em Abril de 1980, numa das mais participadas Assembleias Gerais Nacionais de sempre, os sócios, que já anteriormente tinham apresentado questões e dúvidas, pontuando reticências quanto à participação da A.D.F.A. num Congresso do qual desconheciam os objectivos e que iria ser levado a efeito pela A.P.D. com o apoio dos anteriores Órgãos Sociais Centrais, decidiram, embora reconhecessem a importância do Congresso Nacional de todos os Deficientes, demarcar a A.D.F.A. da sua organização e participação, obrigando os Órgãos então vigentes a assumirem as suas responsabilidades.

Em consequência desta decisão dos sócios, aqueles Órgãos apresentaram a sua demissão, encaminhando de forma pouco correcta a A.D.F.A. para Eleições que se viriam a realizar a 21 de Junho de 1980.

Estes acontecimentos originaram o grande sinal de alerta na massa associativa, para o resvalar perigoso em que a A.D.F.A. se encaminhava

rapidamente, verificando-se espontaneamente uma extraordinária movimentação dos sócios, unindo-se em torno dos Órgãos Sociais Regionais e de sócios responsáveis, para a clarificação e defesa da filosofia associativista.

As Eleições de Junho de 1980 foram o erguer da bandeira da independência político-partidária e da responsabilidade.

Eleitos os actuais Órgãos Sociais Centrais, iniciou-se um frutuoso período de trabalho, com a aplicação integral do seu Programa de Acção.

Pela isenção e coerência apresentada, foram de novo reabertas as portas do diálogo com o poder político.

Foi a D.D.F.A. finalmente recebida pelo Presidente da República, Conselho da Revolução, Grupos Parlamentares e Governo; viu-se activada a discussão de legislação que há muito se encontrava paralizada, nomeadamente as alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, Lei dos Grandes Deficientes e Estatutos das Pensões de Preço de Sangue; foi reposta a verdadeira imagem externa da A.D.F.A., sensibilizando a opinião pública para os Direitos que os Deficientes exigem e merecem; organizou-se os serviços internos na Sede e Delegações; foi estudado e aprovado o Estatuto de Trabalhador, acabando dessa forma com discriminações e situações dúbias; foi desempenhado um papel fundamental no Secretariado Nacional de Reabilitação, onde a A.D.F.A. tem agora um papel fundamental a desempenhar, desenvolveu-se esforços no sentido de ser aprovada a legislação que extinguiu a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, apresentando-se legislação nesse sentido; protestou-se e apresentou-se às entidades responsáveis, legislação no sentido de ser ultrapassado o «corte» da assistência médica e medicamentosa aos D.F.As. por parte dos S.S.F.A.; desenvolveu esforços para garantir a instalação da Sede da A.D.F.A., em conformidade com as deliberações da Assembleia Geral Nacional de Maio de 1979; conseguiram o reconhecimento da A.D.F.A. como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, com todos os benefícios e isenções fiscais que tal situação prevê, realizaram a 15 de Maio do ano em curso, uma manifestação verdadeiramente isenta e independente, que contou com a participação de milhares de sócios e finalmente levaram a efeito o 2.º Congresso Nacional, que é o grande marco histórico da A.F.D.A., pelo que de importante se discutiu, definindo-se qual a política da Associação, no

domínio da Reabilitação e Reintegração Social do Deficiente e definiu a A.D.F.A., como fonte motor de um associativismo forte, avançado e autónomo, sem dependências de quaisquer forças político-partidárias.

Chegou-e finalmente às Eleições para os Órgãos Sociais Centrais, exercício associativista que se realizou em 18 de Julho de 1981.

Candidataram-se a Lista «A» proposta pelo actuais Órgãos Sociais Centrais, com um programa de afirmação associativa, garantindo a continuidade de todo um trabalho desenvolvido pelos seus proponentes, com acções internas e externas claras e inequívocas, assegurando, desta forma, a isenção e independência da A.D.F.A. relativamente a forças político-partidárias.

A Lista «B» com um programa que se armaria pela alternância democrática dos Órgãos Sociais Centrais, sem um espírito programático definido, pretendeu, com falsas afirmações e promessas destituídas de fundo real e coerentes, a prossecução do único objectivo que tinha em mente: A CAÇA AO VOTO.

Ao longo da Campanha Eleitoral, viu-se na realidade, quais eram os verdadeiros interesses desses sócios.

Violentaram e adulteraram esse período eleitoral com as arbitrariedades e prepotência que são useiros e vezeiros, recebendo apoio, que se considera menos honesto e correcto, de alguns Órgãos Sociais Regionais e de uma máquina político-partidária que lhes dispensou a ajuda necessária e que os identifica plenamente.

Pergunta-se então qual a contrapartida a apoio político-partidário dispensado?

A entrega da A.D.F.A. aos estranhos estímulos de outrem!!

Mais uma vez os sócios optaram.

Defenderam a linha da independência, honestidade, da competência e da responsabilidade.

Votaram nos homens que desde a criação da A.D.F.A. a ela têm entregue o melhor: dedicação, a capacidade e o trabalho.

Votaram na Lista «A» para assegurar a defesa dos nossos interesses e da nossa autonomia.

A Lista «A» saiu vencedora e reforçada a maturidade dos sócios e a independência da A.F.D.A.

MARIO DE VILLAS-LOBS

Sócio n.º 357

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PARLAMENTAR EVENTUAL INTERNACIONAL DO DEFICIENTE NÃO ESTÁ A FUNCIONAR

alguns Projectos-Lei em estudo, nomeadamente o regime de Transportes para Deficientes, auscultar o Parecer das diferentes Associações directamente relacionadas com a matéria, a fim de accionar os mecanismos próprios que vissem assegurar aos Deficientes os direitos já alcançados a nível de outros países, nomeadamente dos da C. E. E.

No entanto, esta louvável iniciativa não teve ainda, lamentavelmente, forma concreta, já que decorridos que são 4 meses após a deliberação da aprovação desta proposta, alguns Partidos Políticos (2), ainda não nomearam os seus representantes para integrar esta Comissão.

Será que os Deficientes, 10 por cento da população portuguesa e o Ano Internacional do Deficiente, não merecerão

a atenção e preocupação efectiva, por parte desses partidos ou de quem de direito?

De salientar que se desconhece a continuação ou não dos trabalhos desta Comissão em 1982 e anos seguintes, concluindo-se desta forma que, na primeira perspectiva, a mesma unicamente funcionará por um período de 5 meses, ou ao atender-se à segunda hipótese, respeitar-se-á o desejo ardentemente expresso em grito inequívoco pelos próprios Deficientes Portugueses:

«Temos um Ano, queremos uma Vida.»

De qualquer modo, cremos ser importante e necessário deixar aqui um alerta, para o que não foi feito neste Ano Internacional do Deficiente, recordando o silêncio quase tumular dos Órgãos de Comunicação Social, pesem em-

bora os esforços desenvolvidos pela ADFA, o abstacionismo permanente em que o Poder Político, relativamente a esta matéria, se colocou, a inoperacionalidade quase vincente do Secretariado Nacional de Reabilitação, o apoio muito discreto das Autarquias Locais para iniciativas culturais e desportivas integradas nos Planos de realização do Ano Internacional do Deficiente, o esquecimento e desinteresse da maior parte das empresas públicas e privadas, pela Reintegração Sócio-Profissional dos Deficientes e a falta de medidas adequadas para o encaminhamento da solução da problemática do Deficiente, passando, como é entendido, por uma Política Nacional de Reabilitação.

Cremos que esta apatia relativamente às recomendações da Assembleia Geral das

Nações Unidas obriga efectiva e necessariamente à «Reabilitação das Mentes e da Sociedade», por forma a possibilitar o brotar espontâneo da acção por partes do Poder Político e da Sociedade da dignidade do Deficiente como cidadão de Pleno Direito.

É inserida nesta Filosofia, que a nossa maturidade, experiência e querer, nos leva a exigir que se desenvolvam todos os esforços possíveis, no sentido de ser accionada a constituição e operacionalidade da Comissão Parlamentar Eventual Para o Ano Internacional do Deficiente, a fim de que os objectivos que a norteiam venham na realidade ao encontro da procura de soluções para o alcance dos direitos que todos os Deficientes esperam e anseiam, hoje e no futuro.

DO DAS ELEIÇÕES DA ADFA

rapidamente, verificando-se espontaneamente uma extraordinária movimentação dos sócios, unindo-se em torno dos Órgãos Sociais Regionais e de sócios responsáveis, para a clarificação e defesa da filosofia associativista.

As Eleições de Junho de 1980 foram o erguer da bandeira da independência político-partidária e da responsabilidade.

Eleitos os actuais Órgãos Sociais Centrais, iniciou-se um frutuoso período de trabalho, com a aplicação integral do seu Programa de Acção.

Pela isenção e coerência apresentada, foram de novo reabertas as portas do diálogo com o poder político.

Foi a D.D.F.A. finalmente recebida pelo Presidente da República, Conselho da Revolução, Grupos Parlamentares e Governo; viu-se activada a discussão de legislação que há muito se encontrava paralizada, nomeadamente as alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, Lei dos Grandes Deficientes e Estatutos das Pensões de Preço de Sangue; foi reposta a verdadeira imagem externa da A.D.F.A., sensibilizando a opinião pública para os Direitos que os Deficientes exigem e merecem; organizou-se os serviços internos na Sede e Delegações; foi estudado e aprovado o Estatuto de Trabalhador, acabando dessa forma com discriminações e situações dúbias; foi desempenhado um papel fundamental no Secretariado Nacional de Reabilitação, onde a A.D.F.A. tem agora um papel fundamental a desempenhar, desenvolveu-se esforços no sentido de ser aprovada a legislação que extinguiu a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, apresentando-se legislação nesse sentido; protestou-se e apresentou-se às entidades responsáveis, legislação no sentido de ser ultrapassado o «corte» da assistência médica e medicamentosa aos D.F.As. por parte dos S.S.F.A.; desenvolveu esforços para garantir a instalação da Sede da A.D.F.A., em conformidade com as deliberações da Assembleia Geral Nacional de Maio de 1979; conseguiram o reconhecimento da A.D.F.A. como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, com todos os benefícios e isenções fiscais que tal situação prevê, realizaram a 15 de Maio do ano em curso, uma manifestação verdadeiramente isenta e independente, que contou com a participação de milhares de sócios e finalmente levaram a efeito o 2.º Congresso Nacional, que é o grande marco histórico da A.D.F.A., pelo que de importante se discutiu, definindo-se qual a política da Associação, no

domínio da Reabilitação e Reintegração Social do Deficiente e definiu a A.D.F.A., como fonte motor de um associativismo forte, avançado e autónomo, sem dependências de quaisquer forças político-partidárias.

Chegou-e finalmente às Eleições para os Órgãos Sociais Centrais, exercício associativo que se realizou em 18 de Julho de 1981.

Candidataram-se a Lista «A» proposta pelos actuais Órgãos Sociais Centrais, com um programa de afirmação associativa, garantindo a continuação de todo um trabalho desenvolvido pelos seus proponentes, com acções internas e externas claras e inequívocas, assegurando, desta forma, a isenção e independência da A.D.F.A. relativamente a forças político-partidárias.

A Lista «B» com um programa que se afirmava pela alternância democrática dos Órgãos Sociais Centrais, sem um espírito programático definido, pretendeu, com falsas afirmações e promessas destituídas de fundo real e coerentes, a prossecução do único objectivo que tinha em mente: A CAÇA AO VOTO.

Ao longo da Campanha Eleitoral, viu-se na realidade, quais eram os verdadeiros interesses desses sócios.

Violentaram e adulteraram esse período eleitoral com as arbitrariedades e prepotência que são useiros e vezeiros, recebendo apoio, que se considera menos honesto e correcto, de alguns Órgãos Sociais Regionais e de uma máquina político-partidária que lhes dispensou a ajuda necessária e que os identifica plenamente.

Pergunta-se então qual a contrapartida ao apoio político-partidário dispensado?

A entrega da A.D.F.A.: aos estranhos legiões de outrém!!

Mais uma vez os sócios optaram.

Defenderam a linha da independência, da honestidade, da competência e da responsabilidade!

Votaram nos homens que desde a criação da A.D.F.A. a ela têm entregue o melhor de si: a dedicação, a capacidade e o trabalho.

Votaram na Lista «A» para assegurar o futuro da defesa dos nossos interesses e da nossa autonomia.

A Lista «A» saiu vencedora e reforçada saiu a maturidade dos sócios e a independência da A.D.F.A.

MÁRIO DE VILLAS-LOBOS

Sócio n.º 357

COMPOSIÇÃO

PRESIDENTE:
1.º SECRETÁRIO:
2.º SECRETÁRIO:

PRESIDENTE
VICE-PRESIDENTE
1.º SECRETÁRIO
2.º SECRETÁRIO
TESOUREIRO

PRESIDENTE
RELATOR
VOGAL

PROGR

Quem somos?

Somos um grupo de deficientes que na sua maioria desde a fundação da DFA, sempre estiveram na frente da luta pela satisfação dos direitos de todos aqueles que se deficientaram durante o serviço militar. Alguns de nós estiveram presentes nas actividades e acções que permitiram a abertura das Delegações de Viseu e Coimbra e na discussão e participação de uns Estatutos que permitiram a descentralização e autonomia administrativa e económica-financeira das Delegações das Zonas. Alguns de nós trabalharam ou participam activamente há quase

COMPOSIÇÃO

PRESIDENT
1.º SECRETÁRIO
2.º SECRETÁRIO

PRESIDENT
VICE-PRESIDENT
1.º SECRETÁRIO
2.º SECRETÁRIO
TESOUREIRO

PRESIDENT
RELATOR
VOGAL

PROG

«UNIDO ASSOCIATIVISTA
TERÁ MAIS FORÇA»

Vão ser realizadas de novo, neste ano em que decorre o ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE, eleições para os Órgãos Sociais da ADFA que não-de defender e promover os direitos e interesses dos associados em geral.

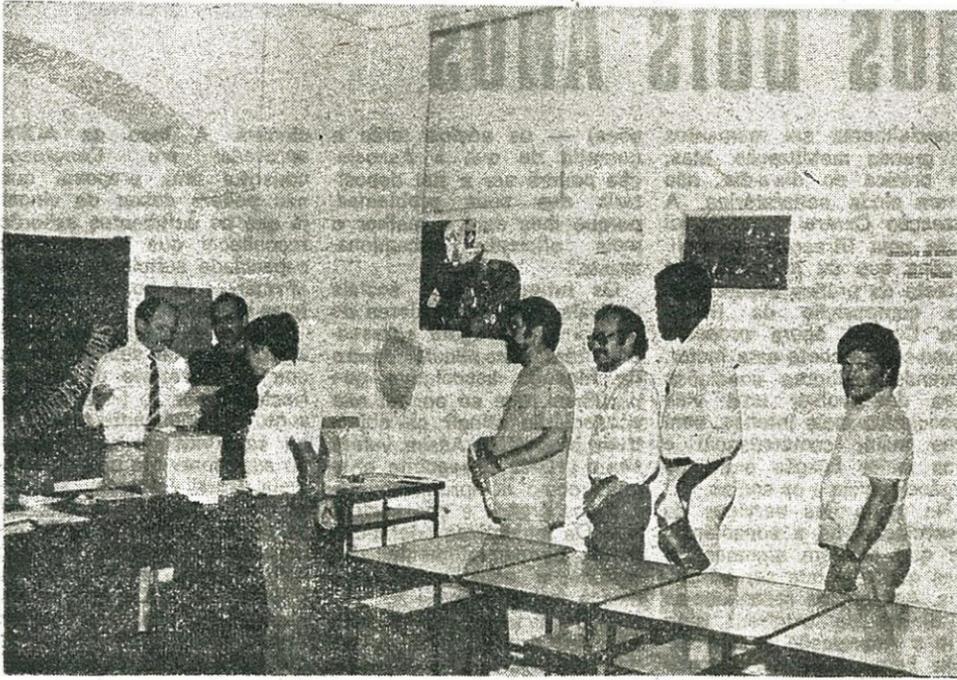
Se a união faz a força podemos ser neste lema que reside a base essencial para o perfeito funcionamento dos novos Órgãos Sociais.

Neste espírito, e porque acreditamos ser dever de todos os associados zelar pela defesa intransigente de uma Associação democraticamente dirigida por Órgãos cujos princípios se norteiem no respeito dos interesses socioeconómicos, profissionais e associativos de todos os sócios propomo-nos lutar:

A — INTEGRAÇÃO
SÓCIO - ECONÓMICA
CA

A — Pela integração sócio-económica do deficiente;

VITÓRIA DA LISTA A PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS



Um acto digno e participado (durante a votação de Lisboa)

(Foto FARINHO LOPES)

(Continuação da 1.ª pág.)

lista A para os Órgãos Centrais agora eleita e ainda com a orientação dos anteriores órgãos da Zona Norte. Na Zona Sul a situação é semelhante. Foi eleita a lista B, cuja perspectiva para a Zona Sul se enquadra dentro da filosofia definida a nível central. Na Zona Centro foi eleita a lista única, identificada com os órgãos anteriores da zona e que se empenhou profundamente na contestação ao trabalho desenvolvido pelos anteriores órgãos centrais, mobilizando os sócios contra a lista A agora eleita.

No que respeita as delegações, a situação manteve-se inalterada. Em Faro ganhou a lista identificada com os anteriores responsáveis da Delegação e que tal como sucedeu na Zona

Centro, se empenharam na campanha contra a lista A para os Órgãos Centrais.

Nas restantes delegações as Direcções eleitas mantêm a orientação anterior e que é, na sua totalidade, à excepção de Coimbra, correspondente à dos Órgãos Centrais anteriores e da lista A eleita.

Houve, assim, a nível central, de Zonas (Norte e Sul) e da Delegação de Faro, duas propostas diferentes colocadas aos sócios para optarem. Uma, a vencedora a nível central e das duas Zonas, defendia uma Associação cada vez mais forte e reivindicativa, totalmente livre das interferências político-partidárias. A outra, vencedora apenas em Faro e confinada na Zona Centro, apresentou-se claramente ligada a uma força exterior.

Coube aos sócios, democraticamente, escolher. A escolha foi feita e a ADFA afirmou-se, durante mais dois anos, de mãos livres e cabeça seguida, sem comprometermos com ninguém, dentro da sua independência e autonomia, como uma grande Associação empenhada, sem vacilações, na defesa dos direitos dos associados.

Publicamos nas páginas interiores os resultados a nível central, de Zona e delegações, bem como o programa dos Órgãos Sociais Centrais eleitos que constitui as linhas mestras da acção da ADFA nos próximos dois anos. Também nas páginas interiores vêm publicadas a composição dos Órgãos de Zona e respectivos programas, bem como a composição das Direcções das Delegações.

CR PODE RESOLVER PROBLEMA DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

Conforme noticiado no último número do «ELO», a ADFA apresentou recentemente ao Conselho da Revolução uma proposta de projecto de decreto-lei tendente a resolver a situação criada pelo corte da assistência médica por parte dos Serviços Sociais das Forças Armadas.

Esta atitude dos Serviços Sociais das Forças Armadas, ao cortar a assistência médica aos seus beneficiários, na sua generalidade militares do activo, não teve entre estes efeitos negativos, porque a mesma assistência é-lhes garantida através das ADM'S (Assistência na Doença aos Militares). Quem foi profundamente atingido, ou lesado, foi um tipo especial de beneficiários dos SSFA, cujo interesse nesta instituição se reduzia praticamente à assistência médica — trata-se dos deficientes das Forças Armadas. Remetidos, por este meio, para os esquemas gerais de assistência, os deficientes das Forças Armadas, que, devido às suas deficiências, necessitam de uma assistência de qualidade, vêm-se assim objectos de uma inaceitável medida de retrocesso.

A ADFA oportunamente expôs esta situação ao Es-

tado-Maior General das Forças Armadas, de que dependem os SSFA, nunca obtendo resposta. Insistiu, entretanto, como é sabido, junto do Ministério da Defesa para que fossem aprovadas as alterações do Decreto-Lei n.º 43/76, em que se prevê para os deficientes o direito à assistência médica através das ADM'S. O inaceitável impasse sobre esta matéria levou a que a Direcção da Associação, nesta questão específica, recorresse ao Conselho da Revolução, órgão legislativo a nível militar. Foi entregue um projecto que, no nosso entender é absolutamente lógico e viável, senão veja-se: se a instituição militar prestava assistência médica aos seus deficientes através de uma dada via (SSFA) e inviabilizou, digamos, essa via, terá que continuar a prestar essa assistência através do outro esquema próprio de que as Forças Armadas dispõem e que são as ADM'S. Não se poderá compreender de outra maneira.

Foi, aliás, esta posição que a Direcção da Associação defendeu no passado dia 21 de Julho quando foi recebida pelo Conselheiro da Revolução Comandante Martins Guerreiro a propósito desta questão.

O Comandante Martins Guerreiro ficou sensibilizado para este assunto e prometeu accioná-lo, enviando-o, em primeira instância ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas para se pronunciar.

Nesta entrevista com o Comandante Martins Guerreiro foi igualmente tratada a questão da CMRA. Prometeu accionar também a proposta que a ADFA havia já enviado ao Conselho da Revolução sobre a cria-

ção no Estado-Maior General das Forças Armadas de um órgão equivalente à CMRA.

Ficamos a aguardar a atitude do Conselho da Re-

volução que não poderá deixar de ser favorável, pois tem uma grande responsabilidade quanto à situação dos deficientes, não só em matéria militar es-

pecificamente da sua competência como em todos os outros problemas que afectam os que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas. Diremos mes-

mo que tem, perante os deficientes das Forças Armadas, direitos a cumprir. E para já, esta questão da assistência médica é de extrema urgência.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS RESULTADOS ELEITORAIS

Analisando os resultados da eleição dos Órgãos Sociais Centrais, verifica-se que existe uma tendência geral de voto nas várias delegações.

A lista A teve maior votação em Bragança, Faialção, Porto, Lisboa, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Angra do Heroísmo e Madeira.

A lista B teve maior votação apenas em Viseu, Coimbra, Faro e Ponta Delgada.

Atendendo a que para os Órgãos Centrais eram apresentados dois projectos diferentes para a Associação, através da lista A (eleita) e da lista B, interessa saber a forma como os sócios reagiram, onde e porquê.

O que de imediato chama mais a atenção nos resultados é o facto de a lista A, apoiada pelos órgãos cessantes obter apenas 4 votos em Coimbra. Situação muito semelhante verificou-se em Viseu.

Nas delegações de Coimbra e Viseu, que constituem a Zona Centro, houve apenas uma lista para os órgãos de zona, o que, diferentemente das outras zonas, não colocou os sócios perante a necessidade de escolher entre dois projectos a nível regional. A campanha eleitoral foi, aqui, absolutamente monótona e num só sentido, sentido, compreenda-se, da lista B para os órgãos centrais. E foi num só sentido, porque a lista A, por duas razões, não teve contacto com os sócios destas duas delegações. A primeira razão, porque, por estranho que pareça, deparou com a hostilização das respectivas delegações, consubstanciada, inclusivamente, na cedência das instalações apenas à lista B à revelia da Comissão Nacional Eleitoral. A segunda razão, porque a lista A, não dispo de uma máquina de apoio estranha à Associação como a lista B dispunha, não pôde cobrir todo o País, deixando, exactamente, Coimbra e Viseu, porque menos receptivos.

O que se passou nas Delegações de Coimbra e Viseu, é necessário dizer, não é da responsabilidade dos sócios, mas apenas da responsabilidade destas delegações. Quanto aos sócios, acontece que não foram totalmente esclarecidos, ou melhor, foram-nos apenas num sentido através de mentiras e deturpações apresentadas como verdades. Os sócios das delegações de Coimbra e Viseu, à semelhança dos restantes sócios, se verdadeiramente esclarecidos do que estava em jogo nestas eleições, saberiam inequivocamente fazer a sua opção associativa. Os sócios das delegações de Coimbra e Viseu, postos perante esta

questão — aceitamos que a ADFA seja controlada por um partido político? — responderiam, conjuntamente com a generalidade dos sócios: NÃO.

A questão de Ponta Delgada, insere-se na mesma problemática de Coimbra e Viseu, mas tratando-se mais de um caso pessoal a esclarecer.

O que esteve essencialmente em jogo nestas eleições — a ADFA ser ou não ser controlada partidariamente — foi, ainda desta vez, tratado por meias palavras. Por detrás de uma das listas estava uma força partidária, foi muitas vezes afirmado, mas nunca se disse claramente qual. Soube-se que militantes desse partido, não sócios da Associação, no Alentejo, andaram a contactar os deficientes; soube-se que elementos desse partido com cargos na Administração Pública, valendo-se deles, tentaram aliciar e influenciar sócios para votar numa das listas; soube-se que uma Câmara Municipal controlada por esse partido colocou transporte à disposição de sócios da Associação desde que fossem votar na lista indicada; soube-se que houve jornais que apoiaram declaradamente uma lista ignorando outra. Enfim, tudo isto e ainda mais se soube, mas ainda não foi desta vez que as coisas foram tratadas pelos nomes.

E não o foram porquê? Porque nada se tem em especial contra qualquer partido, e, por conseguinte, contra o partido em questão. Apenas se defende que a ADFA tem que ser apartidária, e, portanto, condena-se a interferência dos partidos.

O que não está certo é que determinado conjunto de sócios, agindo às ordens dum partido, se não apresentem aos sócios como tal, dizendo claramente quem são, por quem são mandados e o que pretendem. Então, nessa altura, os sócios poderiam optar.

Acima de tudo deveria valer a verdade. Isto a bem da democracia. Até porque estamos num país livre, não vivemos na clandestinidade.

Quanto a nós, ainda não foi desta vez que nomeámos essa força partidária, porque pensamos que não é a nós que nos compete fazê-lo, mas sim aos sócios seus mandatários. Eles devem assumir-se claramente como tal, sem máscara. E esse o desafio que lhes vem sendo lançado. Devem, pensamos, corresponder a esse desafio, dando uma prova de lealdade consigo próprios.

Mas se prosseguirem na sua actuação camuflada e clandestina e, em qualquer momento, o Interesse da Associação o exigir, então, não hesitaremos a chamar as coisas pelos nomes.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA
DE DIVULGAÇÃO
E ASSINATURAS

— COLABORA

PROGRAMA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS DA ADFA PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

PROGRAMA

Por uma ADFA forte e independente exclusivamente ao serviço dos Deficientes e da defesa dos seus direitos

I INTRODUÇÃO

A presente lista, proposta pelos órgãos sociais centrais cessantes, propõe-se prosseguir o trabalho destes, dentro da orientação que de há um ano a esta parte tem vindo a ser imprimida à Associação e que se pauta essencialmente pelo princípio da independência da ADFA relativamente a quaisquer partidos políticos, afirmando-se com a sua força e capacidades próprias cujo motor bastante e suficiente é a inquebrantável vontade e determinação dos sócios.

Perseguir-se-á no sentido de fazer adinar a ADFA pe-

rante os poderes constituídos de mãos livres, desentredada de quaisquer forças estranhas, sem outro objectivo que não seja pugnar pela defesa dos interesses dos deficientes, mas reivindicando, de forma inequivocamente firme, a adopção das medidas necessárias para a realização social plena dos sócios da Associação.

Garantir-se-á deste modo uma cada vez maior afirmação e consolidação da ADFA, com garantia de uma vida longa num espaço próprio já determinado e que mais claramente se referenciará

foram cabalmente cumpridas e aspectos houve menos seguidos, nomeadamente a necessária participação associativa e a ligação estreita entre órgãos e associados.

Nos próximos dois anos, procurar-se-á, através da actuação prática e do esclarecimento, diluir na massa associativa os grupos organizados ideologicamente dentro da Associação, garantindo-se um ambiente de harmonia e camaradagem, em que ninguém seja marginalizado ou hostilizado devido às suas ideias políticas. Para isso, não se permitirá a nenhum sócio, individualmente ou em grupo, um estatuto de privilégio ou supremacia ideológica. A todos os sócios será garantido o estatuto de igualdade, o qual assentará em pressupostos associativos e nunca partidários. Todos nós, sócios, temos em comum as deficiências, os problemas que estas acarretam e procuramos as mesmas soluções. Estaremos pois, dentro da nossa actividade associativa, sintonizados e unidos, independentemente de tudo o resto.

Não se conseguiu ainda, a nível da totalidade das delegações, fazer valer definitivamente a ideia de que a ADFA é um todo e quanto mais homogéneo mais eficiente será na defesa dos nossos interesses. Ultrapassar-se-á esta questão através da discussão e esclarecimento necessários, provando-se que dentro da Associação deve contar apenas o que nos une (as nossas deficiências e o que implicam), esquecendo-se o que a tituiu pessoal, naturalmente coloca as pessoas em planos diversos.

O esforço feito neste último ano para trazer os sócios a uma efectiva participação, produziu resultados positivos,

especialmente em momentos de grande mobilização. Mas, na prática do dia-a-dia não foram ainda satisfatórios. A Direcção Central anterior foi mais uma Direcção de realizações que de intensificação directa da prática associativa. Na composição da Direcção Central agora proposta levou-se em conta este factor, havendo melhores condições para desenvolver uma vida associativa mais intensa, com uma maior camaradagem e uma maior ligação entre os órgãos sociais e os sócios.

No plano dos serviços da Associação, há a consciência de que existem algumas falhas que têm que ser corrigidas. Aos sócios reconhece-se o direito de exigirem (porque a Associação é sua) serem bem atendidos. Com a conclusão da reestruturação dos serviços a nível nacional que se iniciou no último ano — e que se fará — e com uma maior aplicação e aperfeiçoamento dos trabalhadores — que se exigirá (com as justas compensa-

ções) — os sócios terão a garantia de que a Associação poderá ser a fiel depositária dos seus problemas, porque lhes dará o melhor e mais eficiente encaminhamento.

Os futuros órgãos sociais centrais, fiéis cumpridores do programa que agora apresentam, têm consciência dentro da filosofia associativa que perfilham, que só por si, não conseguirão atingir os objectivos propostos. Assim valerá como prática o seguinte princípio como compromisso mútuo dos órgãos e dos sócios: — Os objectivos definidos serão permanentemente discutidos e actualizados pela massa associativa;

— O mandato não é apenas dos órgãos, mas de todos os sócios, empenhando-nos todos em conjunto, na defesa dos nossos interesses e na conquista dos nossos direitos.

O lema será, internamente, a convergência de esforços de todos no sentido de atingir os objectivos comuns.

cientos. A tese da ADFA aprovada no Congresso constitui uma proposta que não poderá deixar de vingar já que os deficientes saberão reconhecer que têm força e capacidade suficiente para se afirmarem só por si sem tutelas estranhas.

Quanto à batalha da legislação que vem sendo travada com o Ministério da Defesa Nacional, por se tratar de assunto especialmente melindoso, tem vindo a ser orientado superiormente pela Assembleia Geral Nacional, ou seja, pelos próprios sócios. Essa prática manter-se-á. Os órgãos sociais centrais, por seu lado, manter-se-ão fiéis às orientações definidas, empenhando-se nas negociações (agora possíveis depois da manifestação de 15 de Maio) no rigoroso cumprimento das determinações da Assembleia. Manter-se-á a determinação em levar esta luta até ao fim, não aceitando a continuação das gritantes injustiças (com especial realce para os grandes deficientes sem pensão e deficientes em serviço) que grassam entre os deficientes das Forças Armadas e familiares dos militares falecidos.

Apesar de se ter obtido a garantia do governo de que os actuais direitos dos deficientes das Forças Armadas são intocáveis, manter-se-á uma vigilância intensa neste domínio a qual será tanto mais eficaz quanto mais forte e dinâmica for a ADFA. E neste ponto, para além da determinação dos órgãos, conta-se com o empenhamento de todos os sócios.

A nossa determinação, claramente demonstrada na manifestação de 15 de Maio, de ser mantida e ampliada, podendo ser demonstrada e exibida novamente em públi-

II ACTIVIDADES INTERNAS

A nível interno, a primeira grande tarefa que se porá aos órgãos sociais centrais, e que se cumprirá com determinação, será pôr em prática as conclusões do 2.º Congresso Nacional da ADFA realizado em Maio passado. As conclusões do congresso, discutidas e aprovadas de uma forma participada e democrática pelos sócios, neste momento um marco da história da Associação, serão levadas à prática, imprimindo à ADFA o necessário desenvolvimento e qualidade técnica para ga-

rantir o cumprimento das exigências aí estabelecidas.

As teses que não chegaram a ser aprovadas no Congresso (organização interna e alteração de estatutos) serão levadas a uma Assembleia Geral Nacional, garantindo-se uma discussão prévia por parte dos sócios, a fim de que as deliberações tomadas correspondam ao querer consciente da massa associativa.

No mandato dos órgãos sociais centrais que agora, termina, algumas missões não

III ACTIVIDADES EXTERNAS

A nível externo, as tarefas fundamentais que se põem à ADFA são: a adopção das medidas previstas nas conclusões do 2.º Congresso Nacional; a batalha da legislação que vem sendo travada com o Ministério da Defesa Nacional.

Quanto às conclusões do Congresso, e no que respeita às medidas exigidas, proceder-se-á a intensa actuação junto dos departamentos governamentais, demonstrando a justiça, exequibilidade e urgência dessas mesmas medi-

das, quer a nível de alteração de estruturas, quer a nível de prestação de serviços ou publicação de legislação.

Relativamente às relações com outras organizações de deficientes, inaugurar-se-á uma profunda e proveitosa discussão sobre a questão da organização dos deficientes, lutando os órgãos da ADFA pela instituição do associativismo autónomo, sem interferências político partidárias, com o aproveitamento máximo das capacidades e disponibilidades de todos os defi-

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS

RESULTADO DA VOTAÇÃO

DELEGAÇÕES	LISTA A	LISTA B	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
ZONA NORTE					
Deleg. do Porto	236	97	22	17	372
Deleg. de V. N. Famalicão	80	15	6	3	104
Deleg. de Bragança	41	3	2	0	45
SOMAS	357	115	30	20	522
ZONA CENTRO					
Deleg. de Viseu	25	195	0	2	222
Deleg. de Coimbra	4	193	2	0	199
SOMAS	29	388	2	2	421
ZONA SUL					
Deleg. de Évora	81	50	6	7	144
Deleg. de Faro	25	31	1	7	64
SOMAS	106	81	7	14	208
ZONA DE LISBOA					
Deleg. de Lisboa	69	8	0	0	77
Deleg. de Castelo Branco	55	17	0	0	72
Deleg. de Setúbal	23	11	0	1	35
Deleg. de Funchal	13	81	3	2	99
Deleg. de Ponta Delgada	29	6	2	3	40
Deleg. de Angra do Heroísmo	438	210	7	8	663
SOMAS	930	794	46	44	1814
TOTAIS	(51,3%)	(43,8%)	(2,5%)	(2,4%)	

COMPOSIÇÃO DAS DIRECÇÕES DE DELEGAÇÃO ELEITAS

DELEGAÇÃO DE FARO

PRESIDENTE: José Nicolau Rufino sócio n.º 384
 SECRETÁRIO: Helder Manuel Henriques sócio n.º 6913
 TESOUREIRO: José Manuel Neves Perpétua sócio n.º 2387

DELEGAÇÃO DE COIMBRA

PRESIDENTE: Artur José Coimbra do Amaral sócio n.º 6205
 SECRETÁRIO: José Gonçalves Nunes sócio n.º 1674
 TESOUREIRO: Manuel Ernesto Rodrigues Paiva sócio n.º 2586

DELEGAÇÃO DE FAMILICÃO

PRESIDENTE: Anquises Fernando Croccia Barbosa de Carvalho sócio n.º 3505
 SECRETÁRIO: Manuel Gonçalves da Costa sócio n.º 1446
 TESOUREIRO: Manuel da Rocha Ferreira sócio n.º 3144

DELEGAÇÃO DE ANGRA DO HEROÍSMO

PRESIDENTE: Manuel Pereira da Fonseca sócio n.º 4125
 SECRETÁRIO: Oldemiro Cordeiro sócio n.º 2424
 TESOUREIRO: Ismael Gonçalves Coutinho sócio n.º 2583

DELEGAÇÃO DE SETÚBAL

PRESIDENTE: José Maria Rosa sócio n.º 52
 SECRETÁRIO: Abílio Marques Loureiro sócio n.º 4899
 TESOUREIRO: António Lucas dos Santos sócio n.º 4470

DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

PRESIDENTE: Jaime Fernando Leite Domingues sócio n.º 5919
 SECRETÁRIO: Cipriano António Parada Leitão Fontes sócio n.º 8566
 TESOUREIRO: José Manuel Lima Rita sócio n.º 5240

DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO

PRESIDENTE: José Eduardo Garrido Nunes sócio n.º 1806
 SECRETÁRIO: Joaquim Louro Batista sócio n.º 1230
 TESOUREIRO: José Fernando Delgado Gonçalves sócio n.º 3872

DELEGAÇÃO DO FUNCHAL

PRESIDENTE: Ivo Augusto Geraldo Faria Paulino sócio n.º 6
 SECRETÁRIO: Manuel Ferreira sócio n.º 5993
 TESOUREIRO: João de Sousa Júnior sócio n.º 5645

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

Na Delegação de Bragança mantém-se a comissão instaladora, não tendo realizado a eleição da Direcção de Delegação.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS LOCAIS RESULTADOS DA VOTAÇÃO

DELEG. DE FARO	LISTA B	LISTA C	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	37 (62,7%)	17 (28,8%)	3 (5,1%)	2 (3,4%)	59
DELEG. DE V. N. FAMILICÃO	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	83 (87,4%)	2 (2,1%)	0 (0,0%)	10 (10,5%)	95
DELEG. DE COIMBRA	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	177 (88,9%)	8 (4,0%)	2 (1,0%)	12 (6,1%)	199
DELEG. DE CASTELO BRANCO	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	77 (100,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	77
DELEG. DE SETÚBAL	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	57 (81,42%)	8 (11,42%)	5 (7,14%)	0 (0,0%)	70
DELEG. DO FUNCHAL	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	35 (100,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	35
DELEG. DE ANGRA DO HEROÍSMO	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	41 (100,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	41
DELEG. DE PONTA DELGADA	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
TOTAIS	68 (69,4%)	19 (19,4%)	3 (3,1%)	8 (8,1%)	98

IV CONCLUSÕES

rão a maior atenção e exigir-se-á que sejam publicados ainda durante este ano (Ano Internacional do Deficiente Salientam-se, de entre estes projectos, o Estatuto do Trabalho protegido, a integração dos deficientes no sector privado e público empresarial com quota obrigatória a compra de gasolina a preço reduzido, a integração dos deficientes na função pública, a abolição das barreiras arquitectónicas e a criação de transportes adaptados para deficientes.

da vez mais forte daremos o nosso contributo fundamental para, em Portugal, se conseguir criar as condições necessárias à integração plena dos deficientes na sociedade, desde a adopção de medidas legislativas adequadas até à reforma das mentalidades, ajudando, deste modo, a própria sociedade a evoluir num sentido mais justo.

Dentro da filosofia associativa que defendemos e que, estamos convencidos, é extensiva a todos os sócios, este programa de acção será cumprido conjuntamente pelos órgãos e todos os associados numa frente única que é a própria Associação. Para tal necessário se torna uma ligação muito estreita que pressupõe uma abertura, espontaneidade, sinceridade, clareza e transparência de intenções, etc., entre os órgãos e os sócios e estes entre si, que permitam fazer dissipar a nascente receios mútuos e desconfianças que não devem ter razão de ser.

Esta ligação, e nesta base, será assegurada, logo em primeira instância, entre os órgãos centrais, regionais e sociais, garantindo-se que a estrutura associativa, na sua saudável descentralização orgânica, funcione harmoniosamente. Neste sentido, não serão poupados esforços, garantindo-se uma ligação permanente e participação activa com uma informação imediata e concreta a todas as delegações, com preocupação especial para os que se encontram mais afastados da sede nomeadamente dos Açores e agora também da Madeira.

A prática associativa proposta, assente nos puros princípios da democracia e da participação, levar-nos-á ainda mais longe no desenvolvimento da ADFA e na consequente defesa dos nossos interesses, com os reflexos que haveremos de incidir no movimento nacional associativo de deficientes, em que, desde o Congresso, estamos impenhados.

Com a prática activa do associativismo e uma ADFA os

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS REGIONAIS RESULTADOS DA VOTAÇÃO

ZONA NORTE	LISTA B	LISTA C	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
Deleg. do Porto	208	123	13	27	371
Deleg. de V. N. Famalicão	69	18	2	15	104
Deleg. de Bragança	34	8	1	2	45
TOTAIS	311 (59,8%)	149 (28,7%)	16 (3,0%)	44 (8,5%)	520
ZONA CENTRO	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
Deleg. de Viseu	202	13	3	4	222
Deleg. de Coimbra	178	8	4	9	199
TOTAIS	380 (90,3%)	21 (5,0%)	7 (1,7%)	13 (3,0%)	421
ZONA SUL	LISTA B	LISTA C	NULOS	BRANCOS	TOTAIS
Deleg. de Évora	89	50	3	2	144
Deleg. de Faro	25	26	3	7	61
TOTAIS	114 (55,6%)	76 (37,1%)	6 (2,9%)	9 (4,4%)	205

co logo que a defesa dos nossos interesses o exija.

A justiça da nossa luta e isenção da nossa actuação e o especial carinho que a população dedica à nossa causa, com a nossa bem conhecida determinação, permitem-nos ter confiança no êxito a alcançar. Para tanto bastará saber equacionar com correcção estes dados.

E saberemos equacioná-los. Saberemos afirmar-nos, determinados, não deixando desviar as nossas energias para objectivos que, como Associação, não nos dizem respeito, nem curvar-nos perante o governo, seja ele qual for, antes exigindo dele, descomprometidos, de viva e firme voz, ainda que rebelde.

A nossa prática e histórias passadas em Portugal e em outros países ensinam-nos que os governos procuram escamotear os problemas dos deficientes, relegá-los para segundo plano, fazendo deles os eternos esquecidos e marginalizados. Esta tendência tem sido, contrariada pela ADFA. Continuaremos a contrariá-la. Mais exigiremos uma alteração profunda de comportamentos e orientações relativamente aos deficientes. E exigiremo-lo ainda este ano, especialmente, como Ano Internacional do Deficiente.

A actuação da ADFA junto da Estrutura Organizativa do A. I. D. será intensificada, exigindo-se e denunciando-se se necessário, que Portugal interprete correctamente e cumpra o espírito da proclamação do A. I. D. Mas antes de denunciar, o papel da ADFA será de participar e exigir, se para tal forem garantidas condições.

Neste mandato, os órgãos empenharão a ADFA no sentido de fazer alterar a realidade (estagnada) do Secretariado Nacional de Reabilitação, de acordo com as conclusões do Congresso, fazendo deste organismo e do Conselho Nacional de Reabilitação uma estrutura de facto operacional ao serviço da reabilitação dos deficientes.

Os projectos de medidas legislativas que têm vindo a ser elaboradas no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, com a participação da ADFA e de interesse para todos os deficientes com uma estranha tendência para serem «congelados», merecem

COMPOSIÇÃO E PROGRAMA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ZONA NORTE ELEITOS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

PRESIDENTE: Adriano Jorge Sampaio Faria Leitão..... sócio n.º 2607
1.º SECRETÁRIO: João Augusto Leite Nunes Ferreira..... sócio n.º 5093
2.º SECRETÁRIO: Bernardino Guimarães Correia sócio n.º 6220

DIRECÇÃO DE ZONA

PRESIDENTE: Manuel Oliveira Filipe Azevedo..... sócio n.º 5709
VICE-PRESIDENTE: Jorge Manuel Martins Pires..... sócio n.º 2596
1.º SECRETÁRIO: Jerónimo Dias Moreira de Sousa..... sócio n.º 8237
2.º SECRETÁRIO: Joaquim Francisco Couceiro Ferreira sócio n.º 1
TESOUREIRO: Henrique Tomaz Magalhães Rodrigues sócio n.º 1624

CONSELHO FISCAL DE ZONA

PRESIDENTE: Joaquim Sequeira Ferreira sócio n.º 3420
RELATOR: José Manuel Baptista Guerreiro de Sá sócio n.º 1627
VOGAL: João Monteiro Moreira sócio n.º 1082

PROGRAMA

Esta candidatura surge na sequência das definições encontradas para a ADFA no seu 2.º Congresso Nacional e da necessidade de levar à prática as respectivas conclusões.

Definida a ADFA como uma força reivindicativa e, simultaneamente força supletiva na execução das acções necessárias à Reabilitação e Reintegração Social dos Deficientes propomos nos executar ao longo do mandato, um conjunto de medidas que nos parecem as mais adequadas para que a Associação na Zona Norte, assumia esse papel.

A efectivação dessa política associativa será norteada por um princípio que nos é extremamente caro: o do empenhamento de todos os sócios na execução deste Programa independentemente da opção político-partidário de cada um, já que todos somos poucos para construir uma ADFA que se pretenda cada vez mais forte. Com o empenhamento de todos estaremos vigilantes na defesa dos direitos alcançados não permitindo a quem quer que seja que no-los retire ou reduza, como recentemente se pretendeu. Por outro lado, fare-

mos todos os esforços no sentido de alterar o que nos parece ser necessário: acabar com a distinção serviço/campanha; conseguir o direito à assistência médica e medicamentosa para todos os deficientes e seus familiares através dos hospitais militares, independentemente do grau de desvalorização e da deficiência; tornar efectiva a prioridade na nomeação para cargos públicos; e, finalmente, reivindicar a efectiva participação dos deficientes em todos os organismos por onde passa a resolução dos seus problemas.

Assim empenharmo-nos emos no seguinte:

1.º — Ao nível da Reabilitação e Reintegração Social e no âmbito das conclusões do 2.º Congresso Nacional procurar-se-á:

a) — Dinamizar os serviços existentes nesta área, designadamente o Ginásio, com vista a propiciar a possibilidade dos sócios poderem fazer ginástica de manutenção.

b) — Promover conjuntamente com outras associações e instituições oficiais a efectiva reabilitação dos deficientes, através da adopção

das técnicas mais adequadas ao nível das várias deficiências.

c) — Manter a ADFA e particularmente o pessoal que trabalha nesta área, em contacto com o desenvolvimento das novas técnicas, o que passará pela assinatura de revistas, frequência de cursos, colóquios, estágios e outros meios de actualização.

d) — Promover um arquivo de documentação sobre tecnologia da Reabilitação e, fomentar a publicação de uma revista sobre técnicas de Reabilitação, procedendo-se para tal a um estudo técnico e económico.

e) — Dar especial relevo no que respeita a Reintegração Social à Integração Profissional que se procurará efectivar através de um Serviço de Apoio na colocação, tecnicamente remodelado por um lado e mais dinâmico por outro. Ainda a este propósito, dar-se-á importância a um outro aspecto tanto mais importante quanto descurado, que é o de promover todas as acções que foram julgadas necessárias e possíveis no âmbito da ADFA, no sentido de facilitar a integração Social dos Deficientes. Acções que levarão a ADFA a abrir-se mais, a comunicar com a sociedade para transmitir aquilo que ela sabe ser necessá-

rio e que se resume no fundo a necessidade de se acabar com a marginalização, promovendo uma nova imagem do deficiente «UM CIDADÃO NO MEIO DE OUTROS CIDADÃOS».

2.º — Ao nível das oficinas já existentes na Zona Norte a sua orientação pautar-se-á pelas conclusões do 2.º Congresso Nacional, adoptando-se o seguinte:

a) — Enveredar pelo estabelecimento de contratos com as entidades utentes, de modo a criar uma maior estabilidade e segurança económica.

b) — Colocar o Centro Oficial de Meios Ortopédicos dentro do sistema de «TRABALHO PROTEGIDO» a fim de que o mesmo possa admitir grandes deficientes, para a execução de trabalhos especializados. Ainda se procurará desenvolver esforços para que esse Centro Oficial possa ser reconhecido oficialmente como «OFICINA ESCOLA» servindo de lugar privilegiado para a formação de técnicos da especialidade.

c) — Estudar a possibilidade de da Oficina de Marcenaria, interligando-a com os meios oficiais de Formação Profissional, passando a «OFICINA ESCOLA» tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho por um lado, e a situação profissional e as aptidões dos deficientes por outro. Esta Oficina terá que ser equipada com os meios técnicos e humanos adequados para poder cumprir estes objectivos.

d) — Valorização e especialização de pessoal das oficinas existente, assim como redimensionamento do sector de ortótese.

3.º — Ao nível da dinamização associativa importa considerar que dos cerca de vinte mil a vinte e cinco mil DAFs, somente se encontram inscritos na ADFA cerca de nove mil. Por outro lado, destes, poucos frequentam com assiduidade a ADFA, limitando-se a esmagadora maioria a procurar-la para resolver questões pontuais que vão surgindo. Parece-nos pois ser tarefa importantíssima dos Órgãos da ADFA, acabar com este estado de coisas. Por isso procurar-se-á:

a) — Chamar o maior número possível de DFA's da Zona Norte para sócios.

b) — Fazer com que os sócios assumam inteiramente essa qualidade, isto é, participando activamente da sua vida e das suas realizações.

Para alcançar estes objectivos, procuraremos dinamizar os serviços existentes, criar os julgados necessários, numa palavra tornar a ADFA o mais útil possível para os seus sócios. Paralelamente, levar a ADFA, os seus serviços e a sua existência como espaço de solidariedade dos DFA's ao conhecimento do maior número possível de deficientes não sócios, através das Autarquias Locais e de outros meios.

De entre as iniciativas que levaremos à prática para di-

namizar a vida associativa adiantaremos as seguintes:

a) — Realização de reuniões alargadas de sócios em vários locais da Zona.

b) — Criação de uma Biblioteca, dirigida também para os deficientes visuais.

c) — Remodelação da área do BAR de modo a propiciar um local agradável de convívio.

d) — Fomento da prática desportiva, através da realização de torneios internos e com outras Associações de Deficientes.

e) — Fomento de actividades culturais designadamente encenação de Peças de Teatro, projecção de filmes, realização de conferências e colóquios.

Um outro aspecto que nos propomos alcançar é o do relacionamento da ADFA com outras Associações, que será norteada pelo espírito expresso no preâmbulo deste Programa, a omissão política-partidária e da submissão às Conclusões do 2.º Congresso Nacional. Assim, procuraremos colaborar com as outras Associações, quando estiverem em causa a situação dos deficientes e resolução dos seus problemas.

4.º — Ao nível dos serviços de apoio social e administrativos será imprimida uma orientação que se norteia pelos princípios seguintes:

a) — Contenção das despesas de funcionamento designadamente no que toca a materiais de conservação, materiais de escritório, deslocações e estadias.

b) — Atendimento dos sócios de modo a que se sintam identificados com a ADFA.

c) — Estudo da possibilidade de adopção de um novo horário de melhor servir os interesses dos sócios, propondo-os aos Órgãos Centrais competentes.

d) — Estimulo e contributo na valorização profissional dos trabalhadores destes serviços, assim como o apetrechamento destes, dotando-os com os meios técnicos adequados.

e) — Substituição da viatura existente por outra que reúna condições de transporte de deficientes em cadeiras de rodas.

f) — Adopção de uma nova política de funcionamento e gestão da «Cantina» Bar pondo-os ao inteiro serviço dos sócios, seus familiares trabalhadores e utentes das oficinas, nomeadamente através do estudo de:

Novo horário de funcionamento;

Novo critério de preços;

Nova dinâmica de funcionamento para estas actividades juntando-as.

A médio prazo, criação de uma Cooperativa de Consumo

a englobar nos referidos serviços, possibilitando desse modo aos sócios o abastecimento de produtos e bens de consumo.

g) — Estudo da possibilidade de lançamento de uma Cooperativa de Habitação capaz de solucionar problemas dos sócios nesse domínio.

5.º — Constitui um dos maiores problemas da Zona, a situação de prioridade em que se encontra instalada a Delegação do Porto. É, pois, necessário e urgente ultrapassar esta situação, o que procuraremos fazer encetando diligências no sentido de transferir para a ADFA a posse das instalações, simultaneamente, preparar a construção de um complexo que sirva à execução dos objectivos da Associação.

Enquanto isso não se fizer, procurar-se-á cuidar das instalações actuais, dando-lhes um aspecto mais acolhedor e funcional.

6.º — Constituirá uma preocupação dominante, o estreitamento das relações quer com as Delegações da Zona quer com as restantes Delegações da ADFA, na base dos princípios referidos no preâmbulo deste Programa.

Procurar-se-á apoiar de uma forma mais eficaz os serviços das Delegações da Zona por forma que possam servir os interesses dos sócios dessas áreas.

Verificar-se-á o empenhamento na política associativa a nível nacional nomeadamente na participação activa às reuniões do Secretariado Nacional, reuniões com os Órgãos Centrais e outras iniciativas e acções que forem desenvolvidas.

7.º — Ao nível da política interna de trabalho, cumprir-se-ão rigorosamente as directrizes estabelecidas no Estatuto do Trabalhador da ADFA, assim como outras directrizes emanadas pelos órgãos competentes. Responsabilizar-se-ão os trabalhadores, no desempenho das suas tarefas exigindo-se-lhes zelo, assiduidade e competência de acordo com as suas categorias profissionais.

8.º — Faltando ainda cerca de meio ano, para ao encerramento das Comemorações do Ano Internacional do Deficiente, procuraremos desenvolver algumas iniciativas, que possam assinalar de uma forma significativa e positiva este Ano, para além de desejarmos participar activamente com a Comissão Distrital Oficial constituída para o efeito.

Pensamos que deste modo, a ADFA será um precioso auxiliar dos deficientes na resolução dos seus problemas. Será também um espaço de solidariedade e convívio dos mesmos. Realizando de facto estes objectivos, assumiremos uma posição no contexto do Associativismo dos Deficientes.

AVISO AOS SÓCIOS

JÁ PREENCHESTE A NOVA FICHA DE INSCRIÇÃO INDIVIDUAL?

De acordo com o que temos vindo a solicitar em «ELOS» anteriores, todos os associados devem preencher a nova ficha de inscrição individual a fim de que seja possível à ADFA ter, a todo o momento, dados actualizados sobre a situação de todos os sócios.

Dados correctos e actualizados são a base fundamental para que a nossa Associação te possa prestar uma melhor qualidade de serviços.

No teu interesse, da próxima deslocação à tua Delegação procura preencher a nova ficha de inscrição ou actualizá-la se for caso disso, com novos dados da tua situação.

Num levantamento recente de dados estatísticos, concluiu-se que muitos associados tem os seus dados individuais totalmente desactualizados o que impossibilita programar realisticamente as acções que temos a desenvolver.

No teu interesse e por decisão da Direcção Central nenhum associado poderá ser atendido tanto em informações como no encaminhamento dos seus assuntos sem que previamente tenha preenchido a nova ficha de inscrição.

Felizmente, muitos associados já deram cumprimento ao solicitado, mas a percentagem dos faltosos ainda é muito grande e principalmente dos associados mais antigos.

Os serviços de Secretaria de todas as Delegações esperam que tires um pouco do teu tempo para em cinco minutos dotares a Associação de dados concretos, actualizados, sobre a tua situação para termos um melhor conhecimento de todos nós.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

PROJECTO DE PORTARIA PREVÊ DÍSTICO DE IDENTIFICAÇÃO DE DEFICIENTE MOTOR PARA EFEITO DE ESTACIONAMENTO

Um projecto de portaria do Secretariado Nacional de Reabilitação prevê a criação do dístico de identificação de deficiente motor a ser colocado, por forma visível do exterior, junto do pára-brisas dianteiro, nos veículos ao serviço de deficientes motores, sempre que estes se

encontrem estacionados nos locais que lhe estão especialmente destinados.

O mesmo projecto prevê a criação de um painel destinado a indicar os veículos afectos ao serviço de deficientes motores.

Tanto o dístico como o painel contém o símbolo internacional de acesso.

COMPOSIÇÃO E PROGRAMA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ZONA CENTRO ELEITOS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

- PRESIDENTE:** João Matias de Vasconcelos..... sócio n.º 590
1.º SECRETÁRIO: José Almeida Silva..... sócio n.º 2278
2.º SECRETÁRIO: António Fernando Abrunhosa Amorim..... sócio n.º 2702

DIRECÇÃO DE ZONA

- PRESIDENTE:** José Soles Girão sócio n.º 895
VICE-PRESIDENTE: Aristides Rodrigues Saraiva sócio n.º 2878
1.º SECRETÁRIO: José Maria Damas dos Santos Pinto..... sócio n.º 6618
2.º SECRETÁRIO: Narciso Batista Pinheiro sócio n.º 908
TESOUREIRO: Almiro Pais Correia..... sócio n.º 1442

CONSELHO FISCAL DE ZONA

- PRESIDENTE:** Mário António Ferreira dos Santos sócio n.º 1107
RELATOR: António Joaquim Marta Moreira..... sócio n.º 2004
VOGAL: Carlos Alberto Castanho dos Santos..... sócio n.º 1673

PROGRAMA

Quem somos?

Somos um grupo de deficientes que na sua maioria desde a fundação da DFA, sempre estiveram na frente da luta pela satisfação dos direitos de todos aqueles que se deficientaram durante o serviço militar. Alguns de nós estiveram presentes nas actividades e acções que permitiram a abertura das Delegações de Viseu e Coimbra e na discussão e participação de uns Estatutos que permitiram a descentralização e autonomia administrativa e económica-financeira das Delegações das Zonas. Alguns de nós trabalham ou participam activamente há quase

sete anos para o bem comum, decisivamente, através de acções locais regionais e nacionais e cujos resultados têm sido bastante positivos embora nem todas as questões foram resolvidas a contento de todos, nomeadamente a situação de Camaradas com acidentes ou doenças consideradas em serviço.

Somos um grupo de deficientes possuidores de uma grande experiência associativa e dos grandes problemas dos deficientes, que pretendem, com a sua capacidade e militância, continuar a lutar exaustivamente na defesa dos interesses de todos e na sua inserção na sociedade de

uma forma digna e humana, sem marginalizações por opções ideológicas ou religiosas, considerando haver lugar para todos.

Porquê a nossa candidatura? Candidatamo-nos porque estamos conscientes da necessidade absoluta da continuidade da ADFA em defesa dos interesses de todos os seus sócios sem discriminações e sem nenhuma exclusão privilegiada pois para nós, todos são iguais, independentemente de terem sido Soldados, Sargentos ou Oficiais.

Candidatamo-nos porque consideramos que a actuação dos anteriores órgãos Sociais da Zona Centro tem sido correcta e queremos mantê-la através de acções que visem o engrandecimento da ADFA.

Candidatamo-nos porque actualmente a ADFA através de sérias dificuldades que põem em perigo a sua linha de acção que lhe foi impregnada e que os actuais Estatutos preconizam. Pretendemos que a ADFA continue a dar a cada sócio o direito de intervir democraticamente na vida da sua Associação através do lema: «CADA CÀBEÇA, SUA SENTENÇA». Há alguns associados (felizmente poucos) que pretendem utilizar o poder que exercem para transformar a ADFA num clube de meia dúzia de sócios e alguns desses sócios pertencem aos actuais Órgãos Centrais, deixando assim, os problemas das delegações e dos associados por resolver. Candidatamo-nos ainda, por-

que entendemos que a ADFA está a perder terreno e a ser ultrapassada nos contactos com o exterior, ou sejam, Presidência da República, Conselho da Revolução, Partidos Políticos, Grupos Parla-

mentares, Associações de Deficientes, Sindicatos e Associações Patronais, Poder Local, etc., havendo toda a necessidade de a ADFA dialogar com todas as entidades atrás citadas.

ACTIVIDADES A DESENVOLVER

A lista candidata, embora sabendo de todas as dificuldades que se lhe irão deparar durante o seu mandato, propõe-se realizar o seguinte:

Desenvolver acções visando o fomento de iniciativas que permitam a participação activa dos sócios, através de convívios, colóquios, sessões de esclarecimento, actividades culturais e recreativas.

Desenvolver contactos com outras associações de deficientes e entidades civis e militares, visando o incremento social das delegações da Zona elevando ainda mais o seu prestígio, dinamizando a ligação com a população.

Desenvolver esforços no sentido de concretizar a transferência da sede de zona para a delegação de Coimbra e proceder aos contactos com associados do Distrito da Guarda, conducentes à abertura de uma delegação na cidade da Guarda e dinamizar a formação de núcleos.

Proceder aos estudos adequados no sentido da elaboração de um projecto sobre o funcionamento dos serviços das delegações da Zona, cuja finalidade é tornar o seu funcionamento e consequente atendimento dos sócios, mais eficaz.

Desenvolver esforços no sentido de criar as condições desejáveis a que as delegações têm direito relativamente à sua estabilidade económico-financeira, através de uma dotação orçamental, suficiente e de uma garantia eficaz do seu património e receitas financeiras.

Exigir perante o SN a autorização para a compra de uma viatura nos termos semelhantes à Zona Sul.

Exigir a resolução do problema das instalações da Delegação de Viseu, através da aquisição de instalações próprias, à semelhança de procedimento adoptado relativamente a outras delegações.

Proceder aos estudos necessários para a formação, na Zona, de uma Cooperativa de habitação.

Apoiar e desenvolver acções que visem a denúncia de quaisquer formas de violência e em defesa da paz no mundo, evitando-se assim o aparecimento de mortos e deficientes que as guerras provocam.

Desenvolver e apoiar todas as acções que visem a reabilitação e integração de todos os deficientes em moldes correctos e justos sem paternalismos ou caridades.

COMPOSIÇÃO E PROGRAMA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ZONA SUL ELEITOS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ZONA

- PRESIDENTE:** Adelino Joaquim Santos..... sócio n.º 8484
1.º SECRETÁRIO: José Carlos Pestana sócio n.º 7103
2.º SECRETÁRIO: José Joaquim Gansinho Albino..... sócio n.º 5759

DIRECÇÃO DE ZONA

- PRESIDENTE:** Joaquim Alberto Santana Valadas sócio n.º 2123
VICE-PRESIDENTE: José Luís Cavaco Ferreira..... sócio n.º 8387
1.º SECRETÁRIO: Gilberto Miguel Trigueira Costelas..... sócio n.º 8419
2.º SECRETÁRIO: Joaquim Manuel Vicente Saragoça..... sócio n.º 2149
TESOUREIRO: António Fernando do Carmo Matias..... sócio n.º 7976

CONSELHO FISCAL DE ZONA

- PRESIDENTE:** Manuel Costa Sobral..... sócio n.º 8485
RELATOR: António Manuel Gemito Fernandes..... sócio n.º 913
VOGAL: César Osório de Magos Jorge..... sócio n.º 6093

PROGRAMA

«UNIDO ASSOCIATIVAMENTE, TERÁ MAIS FORÇA O DEFICIENTE»

Vão ser realizadas de novo, neste ano em que decorre o ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE, eleições para os Órgãos Sociais da ADFA que hão-de defender e promover os interesses dos associados em geral.

Se a união faz a força pensamos ser neste lema que reside a base essencial para o perfeito funcionamento dos novos Órgãos Sociais.

Neste espírito, e porque acreditamos ser dever de todos os associados zelar pela defesa intransigente de uma Associação democraticamente dirigida por Órgãos cujos princípios se norteiem no respeito dos interesses socioeconómicos, profissionais e associativos de todos os sócios, propomo-nos lutar:

A — INTEGRAÇÃO SÓCIO - ECONÓMICA

A — Pela integração sócio-económica do deficiente;

B — Pela sua reabilitação profissional;

C — Por um funcionamento democrático interno que vise a continuidade e o fortalecimento da nossa vida associativa.

Assim:

É sabido que o deficiente encontra as mais diversas barreiras ao seu funcionamento normal como elemento da sociedade, sociedade que, finalmente, parece ter reconhecido que o deficiente é um individuo capaz, como qualquer outro, de desempenhar tarefas úteis para o progresso dessa mesma sociedade.

É ao deficiente que cabe transformar a sociedade, a nova sociedade em que está integrado.

Como a sua integração social terá que passar por diversos estádios, teremos as seguintes tarefas:

— Desenvolver os nossos

esforços para que sejam abolidas as situações de miséria e de dependência económica em que vivem alguns deficientes, fazendo um levantamento de todos aqueles que vivem na nossa Zona, cumprindo assim uma das deliberações aprovadas no nosso II Congresso Nacional;

— Promover as mais variadas iniciativas de âmbito social, cultural e desportivo, estabelecendo contactos com outras Associações congéneres entidades oficiais, militares culturais e desportivas, a fim de proporcionar uma mais rápida inserção social do deficiente, que não pode ser marginalizado num ghetto à parte;

— Publicar periodicamente na Imprensa temas respeitantes ao deficiente, a fim de sensibilizar e alertar a opinião pública;

— Desenvolver esforços no sentido de acabar as obras no nosso mini-ginásio, o qual dotaremos de pessoal especializado e de equipamento técnico, a fim de que a ginástica de recuperação seja uma realidade na Zona Sul;

— Estabelecer contactos com as diversas entidades a fim de serem criadas condições para utilização, pelos deficientes, dos transportes públicos, casas de espectáculos, recintos culturais e desportivos, bem como nos demais edifícios públicos.

B — REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Também neste campo pretendemos fazer cumprir as deliberações do II Congresso Nacional da ADFA, pugnando para que sejam criadas, no seio da nossa Associação, escolas oficiais que permitam o melhor aproveitamento das capacidades dos nossos associados.

Contactaremos as empresas e entidades oficiais no sentido de conseguir o apoio necessário à admissão de deficientes tendo em conta as suas reais possibilidades.

Lutaremos para que o Governo decrete a obrigatoriedade, embora em número percentual, da admissão de deficientes em empresas públicas e privadas, assegurando

as condições para a sua aprendizagem e adaptação.

C — VIDA ASSOCIATIVA

Estamos certos que só com uma grande participação poderá ser cada vez mais forte a nossa vida associativa.

Entendemos assim, promover o maior número possível de assembleias e reuniões a fim de serem assegurados os ideais associativos e democráticos da ADFA na defesa de todos os associados.

Desenvolveremos esforços no sentido de estabelecer contactos com outras Associações de Deficientes, para que juntos, encontremos as soluções que melhor sirvam os interesses dos deficientes em geral.

Criaremos, na nossa Sede da Zona Sul, diversos departamentos, com a participação de comissões de sócios, para ocupação dos tempos livres, entre os quais uma biblioteca, a fim de possibilitar

um mais são convívio entre todos os associados.

Faremos contactos, a fim de esclarecer e auscultar a sua opinião com os sócios que não possam deslocar-se à nossa sede, assim como promoveremos reuniões e convívios em localidades de maior número de associados.

Cumprindo também as deliberações do II Congresso Nacional, envidaremos todos os esforços para desenvolver contactos com outras Associações de Deficientes, a fim de evoluirmos para um grande movimento associativo, a nível Nacional, com objectivos claramente definidos, organizados com base no resultado de reuniões de todas as Associações, para ser criada uma Comissão Nacional de Deficientes, isenta politicamente, e onde cada Associação mantenha a sua personalidade e autonomia próprias.

Fazendo assim, cumprirmos integralmente o espírito e o ideal defendidos pelos nossos estatutos da ADFA.

POR MOTIVO DE FÉRIAS

SERVIÇOS DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO ENCERRADOS EM AGOSTO

Os serviços da sede da Associação em Lisboa, incluindo o bar, por motivo de férias dos trabalhadores, estarão encerrados durante o mês de Agosto. A Associação, durante Agosto, estará, contudo, aberta, com um serviço de recepção para resolver as questões postas pelos associados dentro do possível, ou encaminhá-los de molde a poderem ser resolvidos em Setembro



Durante o concurso de pesca em Évora — (Foto FARINHO LOPES)

ACTIVIDADES DESPORTIVAS EM ÉVORA

A semelhança dos anos anteriores, realizou-se, na Barragem do Barrocal, em Évora, no dia 28-6-81, o V Almoço Piscatório, promovido pela Delegação da A. D. F. A. naquela cidade.

O referido almoço piscatório, integrado nas comemorações da Feira de S. João e de S. Pedro, teve a participação de cerca de 200 concorrentes, entre os quais se integra-

ram numerosos deficientes.

No final, foram distribuídos 130 prémios que, oferecidos por entidades militares e para militares e organismos públicos e empresas privadas, testemunham a implantação e a simpatia de que goza a nossa Associação na Zona Sul.

No mesmo dia, foi disputado, no Pavilhão da Escola Preparatória André de Re-

sende, também em Évora, um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, entre as equipas da A. D. F. A. e da Joanita, tendo vencido esta última.

A assistência, que acorreu para ver um espectáculo desportivo inédito até então em Évora, aplaudiu entusiasticamente, premiando assim o bom trabalho realizado pelos dois conjuntos.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS TOMOU POSIÇÃO SOBRE O ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

O Conselho Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na sua reunião de 3 e 4 de Junho último, aprovou, no período de antes da Ordem de Trabalhos, a seguinte moção relativa ao Ano Internacional do Deficiente.

«CONSIDERANDO:

— Que as medidas anunciadas pelos órgãos do poder, no âmbito do «Ano Internacional do Deficiente», não têm passado de meras declarações de intenções, e que até a pouca legislação existente tendente à reintegração do deficiente na sociedade, não tem passado de «letra morta», como é exemplo o CCTV do Sector Bancário;

— que o nosso Contrato Colectivo contém uma disposição estipulando que em cada 100 trabalhadores a admitir para a Banca pe-

lo menos dois sejam deficientes físicos, o que não tem sido cumprido pelos Conselhos de Gestão, não obstante as tentativas neste sentido efectuadas por alguns Secretariados e que assume particular gravidade face ao crescente número de admissões verificado na Banca;

— que a Direcção do nosso Sindicato se tem mantido numa atitude de passividade relativamente a esta situação.

O CONSELHO GERAL DO S. B. S. I. REUNIDO EM 3.6.81, DELIBERA:

1 — Recomendar à Direcção que desenvolva todas as medidas de sensibilização necessárias à concretização dos objectivos que visam atingir com as comemorações do «Ano Internacional do Deficiente», inteirando-se, se necessário, junto da Comissão Nacional das Comemorações e/ou, das Associações de Deficientes das iniciativas a levar à prática;

2 — que accione os mecanismos necessários com vista ao rápido cumprimento da referida disposição contratual e que, se necessário, denuncie junto da opinião pública o seu incumprimento.»

OS DEFICIENTES E OS PROJECTOS

A situação dos deficientes em Portugal poderia caracterizar-se do seguinte modo: muitos projectos mas poucas medidas.

Os deficientes, em Portugal, neste momento, alimentam-se de esperança. Da esperança nos projectos que deverão produzir as medidas aguardadas.

Estamos numa fase caracterizada por projectos elaborados. A força dos deficientes e o impulso que esta conseguiu dar ao processo de integração social levou já à fase dos projectos. Projectos que os deficientes vão fazendo criar e que o governo vai congelando.

A «guerra» dos deficientes das Forças Armadas junto do Ministério da Defesa Nacional é por causa dos projectos elaborados e agora congelados. O balanço da actuação do Secretariado Nacional de Reabilitação desde a sua criação cifra-se muito num certo número de projectos elaborados, à sombra dos quais apetece «adormecer» de consciência tranquila. Os deficientes, por este País, vão ouvindo falar em projectos (último número).

Mas tentemos exemplificar.

O projecto de Estatuto do Trabalho Protegido, elaborado com grande entusiasmo por um grupo de trabalho no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, de que fizeram parte as Associações de deficientes, e aprovado com grande orgulho pelo Conselho Nacional de Reabilitação, caiu, há mais de um ano, nas «câmaras frigoríficas» dos Ministérios do Trabalho e dos Assuntos Sociais, onde se mantém em bom estado de conservação, espera-se.

O projecto de solução em circulação na cidade de Lisboa de viaturas adaptadas para deficientes, arquitectado por um grupo de trabalho de que fizeram parte a CML, SNR, Carris e Associações de deficientes, entregue à vereação da Câmara Municipal de Lisboa há mais de um ano, vai envelhecendo nas gavetas dos departamentos estatais.

O projecto de compra de gasolina mais barata pelos deficientes, elaborado há cerca de dois anos no Secretariado Nacional de Reabilitação com a participação das Associações de deficientes, passou-se durante uns tempos por alguns Ministérios que lhe atribuíram a condição permanente de projecto, aflorou há dias

no Secretariado Nacional de Reabilitação para mergulhar (nas câmaras frigoríficas?) na Secretaria de Estado da Segurança Social.

O projecto de elaboração de um projecto sobre a admissão dos deficientes na função pública não chegou a ser projecto, porque o projectado grupo de trabalho, de que fariam parte as Associações de deficientes, não chegou a ser constituído.

O projecto de regulamentação da situação dos deficientes trabalhadores da função pública, elaborado pelo Ministério da Reforma Administrativa há cerca de dois anos, sobre o qual se pronunciaram o Secretariado Nacional de Reabilitação e as Associações de Deficientes, faz, neste momento, certamente, parte dos arquivos daquele Ministério «reformador».

O projecto de abolição das barreiras arquitectónicas, em circulação há cerca de dois anos pelos Ministérios tem, pelos vistos, dado que falar, já que há muita gente empenhada em que não passe de projecto mesmo.

Há outros projectos, jovens, com curta história de que não falaremos, como o da isenção de direitos alfandegários na aquisição de meios de compensação por deficientes (de que damos notícia noutra local deste número), e o projecto de isenção de taxa de rádio e televisão para deficientes surdos (notícia do último número do «Edo»).

Há ainda mais projectos por aí. Cada qual terá a sua História. História de longos percursos que fazem pelos Ministérios até repousarem (eternamente) em alguma gaveta.

Um novo projecto vai ver brevemente à luz do dia. Trata-se do projecto de admissão dos deficientes como trabalhadores do sector privado e público empresarial (com fixação de quota obrigatória). Deste projecto falamos mais desenvolvidamente noutra local deste número. Aqui apenas queremos manifestar o nosso receio de que siga as mesmas pisadas de outros, nomeadamente do projecto de Estatuto do Trabalho Protegido. E estes dois projectos, sem menosprezo pelos outros referidos, são demasiado caros aos deficientes para que estes, através das suas organizações representativas, assistam impávidos ao seu congelamento.

NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS PROGRAMARÃO CONTINUAÇÃO DA LUTA LEGISLATIVA COM O MINISTÉRIO DA DEFESA

No momento em que se encerra esta edição do «Elo» ainda não tomaram posse os novos Órgãos Sociais Centrais, pelo que não está programada ainda a actuação da Associação perante o Ministério da Defesa, no que respeita às reivindicações dos deficientes das Forças Armadas.

Essa actuação enquadrar-se-há, naturalmente, nas deliberações da Assembleia Geral sobre esta matéria e na proposta aprovada pelos sócios concentrados em frente ao Ministério da Defesa no dia 15 de Maio aquando da manifestação.

Logo que os órgãos tomem posse, o que se prevê para o dia 1 de Agosto, solicitarão numa audiência ao Secretário de Estado da Defesa a fim de saber, de facto, da vontade do governo em responder às reivindicações da Associação e que são, essencialmente, as alterações do Decreto-Lei n.º 43-76, Lei dos grandes deficientes, CMRA e pensões de preço de sangue.

PROJECTO DE LEI SOBRE A GARANTIA DO DIREITO DOS DEFICIENTES AO TRANSPORTE

APRESENTADO PELO PARTIDO COMUNISTA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Partido Comunista Português apresentou, em Junho passado, na Assembleia da República, um projecto de lei visando resolver algumas questões relativas às dificuldades que os deficientes têm no domínio dos transportes.

Neste projecto prevê-se a compra de gasolina a preço reduzido por parte dos deficientes ou isenção do imposto de compensação do gasóleo. Prevê-se igualmente um preço preferencial na utilização dos transportes colectivos e um subsídio na utilização

de transporte público individual. Estes direitos, segundo o projecto do PCP, seriam atribuídos aos deficientes com 60% ou mais de incapacidade e que tenham dificuldade de orientação ou locomoção.

A ESMOLA AMESQUINHA, O TRABALHO DIGNIFICA!

7.º ANIVERSÁRIO — EDIÇÃO ESPECIAL

Em Novembro próximo, por altura do 7.º aniversário do nosso jornal e integrada nas comemorações do AID a nível da ADFA, será feita uma edição especial do «Elo» com grande tiragem.

Pretende-se que este número foque as várias questões relacionadas com a problemática do deficiente e outras de carácter geral, especialmente encaradas no âmbito da AID.

Para tal, solicitámos a todos os sócios e amigos que participem na feitura desta edição, enviando-nos notícias, artigos, entrevistas, poesia ou aquilo que julguem conveniente.

Todos os trabalhos devem ser dirigidos à redacção do «Elo» e devem dar entrada o mais tardar até 30 de Outubro próximo.

Pretende-se fazer um número participado do «Elo» que fique como um registo do Ano Internacional do Deficiente.

NOS ÚLTIMOS MESES DO ANO

A CARRIS VAI AFIXAR CARTAZES ALUSIVOS AO AID NAS SUAS VIATURAS

A Companhia Carris de Ferro de Lisboa vai afixar nos dois últimos meses (Novembro e Dezembro) nas suas viaturas em Lisboa (eléctricos e autocarros) cartazes alusivos ao Ano Internacional do Deficiente.

A Carris conta, para esta iniciativa, com a cola-

boração do Secretariado Nacional de Reabilitação e das Associações de Deficientes.

A ADFA considera esta iniciativa positiva e irá fazer diligências no sentido de tentar apresentar um cartaz próprio portador de uma mensagem dos deficientes das Forças Armadas para a população.

MORREU CARLOS DE OLIVEIRA UM DOS MAIORES ESCRITORES CONTEMPORÂNEOS

No dia 1 de Julho, com 60 anos incompletos, morreu, de síncope cardíaca, o grande prosador e poeta Carlos de Oliveira.

Nascido em Belém, no Brasil, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Coimbra, antifascista lúcido e coerente, tornou-se num dos maiores representantes do neo-realismo português.

Da sua obra salientamos «Casa na Duna», publicado em 1943 e considerado um clássico do neo-realismo, «Uma Abelha na Chuva», romance adaptado ao cinema, e «Finisterra», publicado em 1979 e que mereceu o prémio «Cidade de Lisboa».

Com o desaparecimento de Carlos de Oliveira, Portugal ficou mais pobre. A sua obra literária, embora vasta, ficou incompleta. Mas o património artístico que nos legou (estudado pelos alunos do liceu depois do 25 de Abril), constitui, contudo, um valor a defender como um importante contributo para o enriquecimento da cultura portuguesa.

Aqui, no «ELO», deixamos uma singela homenagem a Carlos de Oliveira, publicando um dos seus poemas.

*Acordai,
homens que dormis
a embalar a dor
dos silêncios vis!
Vinde, no clamor
das almas viris,
arrancar a flor
que dorme na raiz!*

*Acordai,
raios e tufões
que dormis no ar
e nas multidões!
Vinde incendiar
de astros e canções
as pedras e o mar,
e o mundo e os corações!*

*Acordai!
Acendei
de almas e de sóis
este mar sem cais,
nem luz de faróis!
E acordai, depois
das lutas finais,
os nossos heróis
que dormem nos covais*

Acordai!
(Carlos de Oliveira — Canções heróicas)

DE 14 A 18 DE SETEMBRO

GULBENKIAN VAI REALIZAR ENCONTRO SOBRE A INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM DEFICIENTE

A Fundação Caloust Gulbenkian, através do seu serviço de Educação, vai realizar, de 14 a 18 de Setembro próximo, um Encontro Sobre Integração da Criança e do Jovem Deficiente.

Este encontro, para o qual a ADFA foi convidada, destina-se ao debate das condições necessárias à integração e às mudanças desejáveis no ensino regular para que tal integração possa realizar-se.

Neste encontro, cujo número de participantes é restrito, dirige-se especifi-

camente aos estabelecimentos de educação especial existentes (direcções e equipas pedagógicas), estando igualmente prevista a participação de representantes das Escolas do Magistério Primário e de Educadoras de Infância, bem como de quantos intervêm, a nível oficial ou particular, no âmbito de educação oficial.

A ADFA far-se-á representar neste encontro através de elementos do Departamento de Educação e Cultura.

A. I. D. A SOCIEDADE E O DEFICIENTE

É consolador viver no século XX e disfrutar as comodidades que o progresso proporciona ao homem.

Que diferença entre o conforto das casas de hoje, bem aquecidas isoladas de humidades e ruídos, providas de água e esgotos, com luz própria, e a caverna do «Macaco Primitivo»! Mas o «minúsculo» cérebro deste não dava para mais, e foram precisos milhões de anos e sucessivos estádios vegetativos, para que crescesse, aprendesse e assimilasse, bastando hoje ao homem carregar num botão para que complexos cérebros-computadores funcionem para o servir, rodeando-o de bem-estar que se estende da casa onde habita ao local onde trabalha, onde estuda, onde come, onde se distrai e aos meios por que se faz transportar.

Menosprezou porém a «besta» que coexiste consigo, e desencadeia guerras que, mais do que levar à sua destruição, estropiam milhões de seres que, a par daqueles já nascidos deficientes, se vêem rodeados por um mundo hostil onde se sentem inadaptados.

Porquê?

Porque a sociedade, que louvavelmente se tem preocupado em aumentar a longevidade, em suprimir a doença, em formar espíritos sãos em corpos escurreiros, os esqueceu ao construir os arranha-céus e as vivendas onde habita, as estradas e avenidas onde se transporta e passeia, as fábricas e escolas onde trabalha e estuda, os teatros e estádios onde se diverte e joga, e esqueceu que o deficiente também vive, também trabalha, estuda, joga e se faz transportar, pois é, na Sociedade, um elemento como qualquer outro.

É pois natural, digamos mesmo, **NECESSÁRIO E URGENTE**, que, ao serem projectadas as cidades e seus acessos, se tenha em conta que existem **DEFICIENTES**, desde os motores aos invisuais, e, assim, se adaptem os interiores das habitações e edifícios públicos, as oficinas e os escritórios, as escolas e os liceus, os locais de diversão e os campos de jogos, os transportes colectivos e os aparcamentos, pois a Sociedade não pode ter a veleidade de desprezar o deficiente, cuja participação é imprescindível.

A Sub-Comissão do A. I. D.
da delegação de Évora

ANGOLA EMPENHADA NO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

O Bureau Político do MPLA, partido que se encontra à frente dos destinos da República Popular de Angola, recomendou recentemente, segundo o jornal «Angola», às estruturas do partido e do Estado e a todas as instituições ligadas à Assistência e Prevenção Social que desenvolvam um intenso trabalho de educação do Povo, que expliquem as necessidades de integração dos deficientes físicos na sociedade e que combatam a sua marginalização.

Nesta sua declaração, o MPLA considera que «uma grande importância deve ser dada à elaboração de leis e regulamentos que visem uma maior protecção ao diminuído físico, garantindo a sua participação efectiva na actividade laboral».

Considera ainda que «a criação de associações de diminuídos físicos deverá ser um passo a materializar, para tornar mais rápida e efectiva a integração dos diminuídos físicos na vida política, económica, cultural e social do País».

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

PROJECTO DE PORTARIA DEFINE DEFICIENTE MOTOR PARA EFEITO DE FACILIDADE DE TRANSPORTES

Um projecto de portaria do Secretariado Nacional de Reabilitação define, para efeito de facilidade de transportes, o que se entende por deficiente motor e que é todo aquele que, com 60% ou mais de incapacidade tem dificuldade de locomoção na via pública sem auxílio de on-trem ou recurso a meios de compensação e que tenha dificuldade de acesso aos transportes públicos normais ou a sua utilização.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME
MORADA
LOCALIDADE
CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL
ASSINATURA ANUAL 200\$00
ASSINATURA SEMESTRAL ... 100\$00
ESTRANGEIRO
ASSINATURA ANUAL 400\$00
ASSINATURA SEMESTRAL ... 200\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

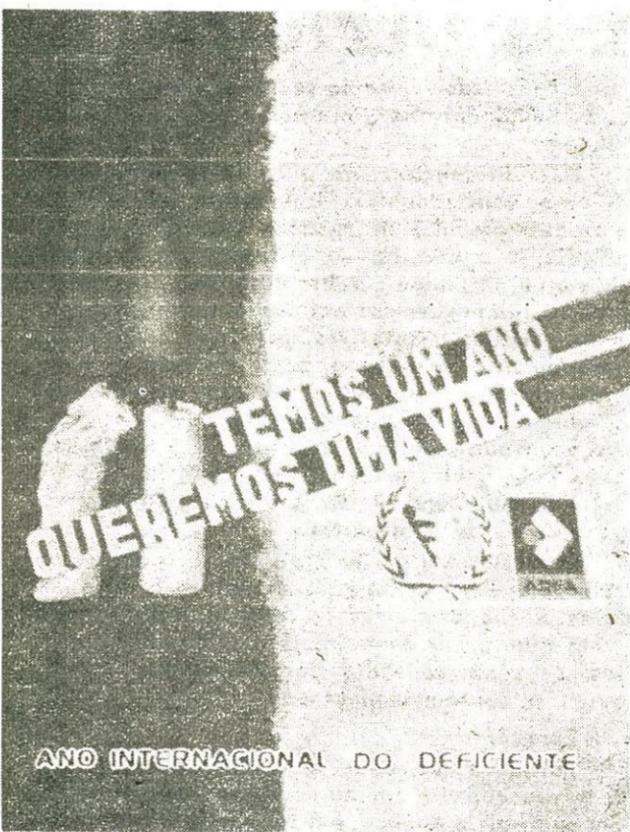
Recorte e envie à

Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

TIRAGEM DESTE NÚMERO
9 000 EXEMPLARES

ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

INICIATIVAS PARA SETEMBRO E OUTUBRO NA ADFA



Dentro do espírito que presidiu à elaboração do programa do A. I. D., várias actividades estão já programadas para (depois das férias) Setembro e Outubro.

Jogos florais — Importante concurso de interesse cultural aberto a todos

A ADFA leva a efeito o seu primeiro concurso de Jogos Florais. Uma iniciativa de carácter cultural inserida nas acções programadas para o A. I. D.

Todos os deficientes das Forças Armadas têm a sua história para contar: relatos de operações em que tomaram parte na guerra colonial, como foram feridos, casos passados durante a estadia nos Hospitais, reintegração na sociedade ou qualquer outro assunto ligado aos problemas dos Deficientes em geral.

Mas não só os Deficientes poderão concorrer: o concurso é para todos e, para participar, basta apenas querer.

Contar uma história escrevendo, fazer um poema, tirar uma fotografia ou escolher algumas de entre as várias não é assim tão difícil.

Estas coisas não estão só ao alcance dos escritores, dos poetas ou fotógrafos.

Também nós, cidadãos comuns, podemos fazê-las, já que a cultura não é monopólio de ninguém. Portanto, não hesitem: mandem-nos o vosso trabalho. Ele será analisado e classificado.

Esta iniciativa, para além do seu interesse como forma activa de valorizar culturalmente as acções levadas a cabo pela ADFA no

os trabalhos que entenderem, tendo no entanto de os enviar em separado (um trabalho em cada envelope).

8. A fotografia não tem qualquer limitação de formato ou cor e pode ser moderna ou antiga.

9. Todos os trabalhos terão de ser inéditos.

10. A ADFA reserva-se o direito de reproduzir todas as obras enviadas para futuras iniciativas de carácter cultural, individuais ou colectivas, salvo indicação contrária dos autores.

11. Os trabalhos serão apreciados e classificados

por júri da responsabilidade da ADFA.

12. A seguir à apreciação dos trabalhos estes serão expostos e os prémios atribuídos em sessão pública de intervenção cultural.

13. Serão atribuídos prémios até ao 10.º lugar por cada modalidade. Os prémios, ainda não revelados, constituirão uma surpresa agradável para os contemplados.

NOTA: 1. Situações não previstas no presente regulamento serão da competência da Comissão da ADFA para o A. I. D.

2. Todos os trabalhos devem ser dirigidos:

A ADFA
Concurso de Jogos Florais
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

Filmes

A ADFA possui já vários filmes sobre a problemática do Deficiente cedidos por algumas embaixadas, para o efeito por nós contactadas. Dois destes filmes foram já projectados, um na Baixa da Banheira e o outro no núcleo da APD de Cascais. Em Setembro/Outubro haverá projec-

ções em Lisboa, na sede da Associação, H. M. P.-anexo e Lar Militar.

Pensamos ainda poderemos dispor de um maior número de filmes do género sobre a problemática do Deficiente em diversos países.

As delegações da ADFA, autarquias, colectividades e associações interessadas na projecção de alguns dos filmes que dispomos, devem solicitar-nos os mesmos com a devida antecedência.

Exposições

Também o ciclo de exposições será realizado em fins de Setembro, algumas das embaixadas contactadas no sentido de nos cederem material sobre Deficientes, responderam já favoravelmente. Pelo que neste momento temos material à disposição em duas embaixadas aguardando resposta das restantes com as quais estabelecemos contactos.

Foi também editado um auto-colante alusivo ao A. I. D. que aqui reproduzimos.

Calendário para 1982

Para a elaboração do calendário de 1982 da ADFA, está aberto concurso, até 30 de Setembro próximo, para envio de motivos tendentes à execução do mesmo.

A partir desta data, um júri, composto e seleccionado entre elementos da ADFA, procederá à escolha do melhor trabalho apresentado, que servirá de base à feitura do «calendário-1982» da ADFA, o qual será galardoado com um prémio.

Todos os motivos e/ou desenhos devem ser enviados à sede da ADFA até ao dia 30 de Setembro próximo.

Todos os trabalhos devem ser acompanhados de envelope fechado onde constará a identificação do autor.

ACESSO DOS DEFICIENTES AOS TRANSPORTES

POSTER NA CP

EXPRESSA O DIREITO DOS DEFICIENTES NO ACESSO AOS TRANSPORTES SEM BARREIRAS

No âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente e na sequência das actividades do grupo de trabalho que tem vindo a funcionar no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, constituído por elementos da ADFA, APD, CP (Caminhos de Ferro Portugueses) e do próprio Secretariado e que tem em vista encontrar formas adequadas da eliminação das barreiras arquitectónicas, foi elaborado um poster, a ser afixado nas estações de Caminho de Ferro, em que se expressa alguns dos direitos que os deficientes têm na utilização dos comboios.

Este poster, que mostra um deficiente de cadeira de rodas a ser conduzido por um funcionário da CP para uma carruagem, contém os seguintes dizeres:

DEFICIENTE

— Tens prioridade no acesso à bilheteira.

— Podes adquirir o bilhete

no comboio sem ficares sujeito ao pagamento da cobrança mínima de 500\$00, quando transportado em cadeira de rodas.

— Tens direito à ajuda de qualquer agente da CP na circulação, acesso e transporte, quando previamente anunciado.

— Podes viajar em qualquer carruagem acessível ao público. Quando transportado em cadeira de rodas, e se o quiseres, podes utilizar o furgão.

— Dispões nas carruagens de lugares destinados à tua utilização.

— Beneficias, tal como qualquer outro utente,

de todas as tarifas especiais e mais favoráveis existentes na CP.

— Tens direito a transporte gratuito de cadeiras de rodas quando te faças acompanhar dela.

O referido poster, como já foi dito, mostra um deficiente de cadeira de rodas a ser conduzido para uma carruagem da CP. É interessante referir que esse deficiente é o próprio representante da ADFA no grupo de trabalho responsável por esta iniciativa. Além das estações da CP, o poster será afixado nas Associações de Deficientes e Autarquias Locais, a fim de se proceder a uma ampla divulgação.

POR MOTIVO DE FÉRIAS

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA ENCERRADA EM AGOSTO

Por motivo de férias, a delegação da ADFA em Bragança terá os seus serviços de atendimento dos sócios encerrados durante o mês de Agosto, mais propriamente de 27 de Julho a 25 de Agosto

